4.3.1.1. a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

4.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor mensal, anual global do item;

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.10. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total anual do item e com maior desconto oferecido por item..

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 20 (vinte) segundos.

6.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

6.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.7.3. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas

6.14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o

fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.15. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.1. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

7.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 04 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 04 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

8.4. **Habilitação jurídica**:

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.4.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.4.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.4.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.4.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.5.7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

Edital Pregão 07/2016 (1529066) SEI 21024.002010/2016-57 / pg. 235

8.5.8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da **Qualificação Econômico-Financeira**, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

8.6.1. certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.6.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.6.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez) por cento do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.7. No caso de licitação para locação de materiais ou para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

8.8. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.8.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.8.1.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

8.8.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.8.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.9. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:

8.9.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

8.9.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI;

8.9.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.9.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

8.9.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.9.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.9.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.10. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 04 (quatro) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (65) 3688-6752 ou do e-mail cpl-mt@agricultura.gov.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 04 (quatro) horas, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), fac-símile (fax) ou e-mail.

8.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.14. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.18. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

13.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14. DO REAJUSTE

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

17.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.6. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. apresentar documentação falsa;

18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.5. não mantiver a proposta;

18.1.6. cometer fraude fiscal;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl-mt@agricultura.gov.br ou nelso.ojeda@agricultura.gov.br pelo fax (65) 3688-6752, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Alameda Aníbal Molina s/n, Ponte Nova, Várzea Grande/MT – CEP: 78.115-901, Setor de Compras e Contratos.

19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Alameda Aníbal Molina, s/n, Ponte Nova, CEP 78.115-901 – Várzea Grande/MT, nos dias úteis, no horário das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 11:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.10.1. ANEXO I – Termo de Referência;

20.10.2. ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato;;

20.10.3. ANEXO III – Minuta do modelo da proposta.

Várzea Grande/MT, 11 de novembro de 2016.

Dogival Barbosa da Silva

SCC/DAD/SFA-MT

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Delegacia Federal da Agricultura, PONTE NOVA - Bairro Alameda, Cuiabá/MT, CEP 78115901
Telefone: (65) 3688-6749 e Fax: - http://www.agricultura.gov.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 21024.002010/2016-57

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel: Comum/Aditivado/S10 e Álcool/Etanol) em rede de postos credenciados através de sistema (Software) integrado para a captura eletrônica de dados, bem como manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender os veículos oficiais pertencentes à frota da SFA/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento.

GRUPO I: Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças.

DEMANDA				
Item	**Especificação**	**Volume de Serviços**	**Valor Mensal (R$)**	**Valor Anual (R$)**
01	Orçamento Estimado Grupo I - para serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de mão-de-obra e peças, pelo menor preço e maior desconto para atender a frota de veículos da SFA-MT.	01	18.000,00	216.000,00

02	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA da frota pelo menor preço envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota da SFA/MT.	01	495,00	5.940,00

O Grupo I corresponde a serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de mãode-obra e peças, para atender a frota de veículos da SFA-MT.

GRUPO II: Aquisição de Combustíveis em geral

DEMANDA				
Item	**Especificação**	**Volume de Serviços**	**Valor Mensal(R$)**	**Valor Anual (R$)**
03	Orçamento Estimado Grupo II - para serviço de fornecimento de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel Comum/Aditivado/S10, Álcool/Etanol, lubrificantes e lavagens), pelo menor preço e maior desconto para atender a frota da SFA-MT	01	14.000,00	168.000,00
04	Gerenciamento e Administração compartilhada pelo menor preço da frota envolvendo aquisição parcelada de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel Comum/Aditivado/S10, Álcool/Etanol, lubrificantes e lavagens) em redes de postos credenciados através de sistema (Software) integrado para a captura eletrônica de dados, para atender os veículos da frota da SFA/MT.	01	420,00	5.040,00
TOTAL				394.980,00

O valor do presente pregão fica estimado em **R$ 394.980,00 (trezentos, noventa, quatro mil novecentos e oitenta reais)** anual, conforme tabela comparativa de preços (anexo documento sei);

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Flexibilização, por meio do sistema, das manutenções adequadas a serem realizadas nos veículos, máquinas e equipamentos;
Obtenção de informações de toda a frota em tempo real para a tomada de decisões e relatórios gerenciais;
Agilidade nos procedimentos de manutenções, com prazo para execução dos serviços;
Redução de despesas operacionais e administrativas do CONTRATANTE;
Gerenciamento de todas as manutenções automobilísticas e equipamentos por processo único;
Transparência, gestão e negociação com a Rede Credenciada pela CONTRATANTE, com informações disponibilizadas no sítio;
O fornecimento de combustíveis, conforme proposto neste Termo de Referência, ensejará na melhoria do desempenho das ações, evitando impedimentos anteriores ocasionados pelo fato de que o abastecimento só poderia ser realizado regionalmente, causado por licitações que abrangem, apenas, as regiões das sedes das CONTRATANTES;

O processo licitatório visa unificar os procedimentos, bem como, indo ao encontro da nova visão de redução no número de processos licitatórios, a ser implantado pela gestão;
A contratação do serviço de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos do CONTRATANTE objetiva, também, os seguintes benefícios:
Controle e guarda eletrônica dos históricos dos veículos da frota, máquinas e equipamentos do CONTRATANTE;
Geração e customização de relatórios e arquivos lógicos para importação de todas as informações relativas aos gastos com os veículos – abastecimento de combustíveis e manutenção automotiva em geral, por período / veículo, facilitando e possibilitando a customização de informações operacionais e financeiras;
Encaminhamento das demandas exclusivamente para a Rede Credenciada, com possibilidade de variada gama de postos e oficinas credenciadas e visão eletrônica sobre cada situação;
Redução nos gastos com combustíveis e manutenção, por meio de operações padronizadas e corporativas;
Modernização dos controles, precisão das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados; e,
Racionalização dos procedimentos e custos licitatórios pela realização de um certame frente a diversos que teriam que ser deflagrados.
Outras considerações nesta justificativa:
A gestão compartilhada de frota traz como principal característica a opção de serem credenciadas empresas que atuam nos diversos setores da manutenção automotiva, sem a necessidade de subcontratações com oficinas especializadas, o que acarreta a incidência encargos fiscais desnecessários. Além disso, oferece a opção de delegar ao Superintendente da SFA/MT a gerência operacional das manutenções de sua própria frota, gerando maior eficiência e controle.
A contratação direta com um grande número de oficinas representaria desperdício de recursos pela manutenção de inúmeros instrumentos contratuais formalizados. Além disso, tornariam inviáveis o gerenciamento efetivo e a padronização de procedimentos, tanto pela quantidade de contratações a serem realizadas, quanto pela estrutura das oficinas ,cujo aparato tecnológico está aquém das necessidades do órgão. Como consequência, teríamos uma manutenção *off-line*, que representa o principal motivo de inconsistências, aliado à impossibilidade de previsão de gastos em cada estabelecimento, que poderia comprometer a expectativa de vantajosidade.
Da justificativa para os grupos:
Os serviços contratados foram reunidos em dois grupos, uma vez que se tratam de dois objetos distintos: UM, de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de **manutenção preventiva e corretiva** e DOIS, **gerenciamento e administração, COMPARTILHADA da frota envolvendo aquisição parcelada de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel), lavagens e lubrificação.**

DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência a CONTRATADA deverá implantar e operacionalizar, junto à CONTRATANTE, um sistema informatizado via internet - *web*, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela CONTRATADA, para atender os veículos oficiais da frota da SFA/MT, propiciando à CONTRATANTE gestão e controle detalhado das informações.
A Gestão compartilhada da manutenção da frota de veículos, gerida pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, por meio de sistema informatizado de controle integrado, compreende o atendimento; orçamento detalhado das peças; componentes, produtos e serviços especializados especificados neste Termo de Referência, e todos os demais itens necessários à plena manutenção dos veículos da CONTRATANTE, observadas todas as MARCAS/MODELOS de cada FABRICANTE, e restauração do bem às condições de segurança, nos diversos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, devendo a empresa vencedora do certame licitatório:
Credenciar, junto à SFA/MT, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, conforme item 6 deste termo.

Edital Pregão 07/2016 (1529066) SEI 21024.002010/2016-57 / pg. 246

Disponibilizar acesso ao Sistema **AUDATEX ï»¿ï»¿ou similar**, que é uma ferramenta que possibilita que o gestor/fiscal efetue consulta *on line*, tanto à tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão.
Garantir que o preço praticado pela sua rede credenciada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, de garantia e todos os demais serviços e materiais objeto deste Termo de Referência, tenha como parâmetro máximo o preço à vista.
Todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, cartões, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento do sistema, será de responsabilidade da CONTRATADA, cujo custo insere-se no valor da taxa de Administração da proposta vencedora, não cabendo qualquer ônus adicional à SFA/MT, não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela CONTRATANTE.
A contratação de equipamentos periféricos e cartões eletrônicos, junto com a implantação do sistema previsto neste termo, deverá fazê-lo nas quantidades necessárias ao pleno funcionamento e sem custo para a CONTRATANTE.
A reposição de cartões danificados ou extraviados e a emissão de novos cartões decorrentes de veículos, máquinas e equipamentos integrados à frota durante a vigência do contrato serão realizadas sem custo à CONTRATANTE no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da comunicação de cancelamento à CONTRATADA.
Entende-se por veículos que compõem a frota da SFA/MT, objeto da prestação dos serviços descritos neste termo, os seguintes:

Atual frota oficial de automóveis, camionetes e micro-ônibus pertencentes à frota da SFA/MT (relação no Relatório de Veículos - anexo documento SEI 0521053);
Outros veículos automotores que venham a ser acrescidos ou substituídos à atual frota.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA Da Rede Credenciada:

A CONTRATADA deverá credenciar oficinas nos municípios polos do estado de Mato Grosso, conforme tabela abaixo:

Cuiabá
Várzea Grande
Rondonópolis
Cáceres
Sinop
Barra do Garças
Alta Floresta

Além dos locais indicados no **item 5.1.1** deste termo, a CONTRATADA deverá credenciar e tornar disponível, mediante solicitação da CONTRATANTE, outros estabelecimentos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos da SFA/MT, dentro do estado de Mato Grosso, sempre que houver interesse da SFA/MT, levando-se em consideração deslocamentos que se tornem rotineiros da Superintendência, com rotas que eventualmente sejam impraticáveis para se chegar aos municípios indicados no item 5.1.1., bem como obedecer uma distância máxima, equidistante dos municípios citados, de 100 quilômetros. O prazo para credenciamento será de 15 (quinze) dias corridos, a contar da solicitação da unidade gestora.
A CONTRATADA deverá manter, nos municípios sedes da CONTRATANTE, um mínimo de 3 (três) estabelecimentos credenciados para cada tipo de serviço de manutenção, abastecimento e aquisição de peças originais novas e acessórios. No caso de, comprovadamente, não haver como cumprir esse requisito em virtude do reduzido número de estabelecimentos no local, será exigido o credenciamento de, pelo menos, uma empresa para a realização de cada tipo de serviço/aquisição.
Ao menos um posto de combustíveis e uma oficina mecânica deverão estar em um raio de no máximo 10 km (dez quilômetros) de distância da sede da CONTRATANTE.
As oficinas, concessionárias e postos de abastecimento integrantes da rede conveniada pela CONTRATADA deverão estar plenamente equipadas para prestação de serviços mecânicos automotivos, fornecimento de peças e acessórios automotivos originais, abastecimentos e lubrificações/lavagens em geral. Deverão ser **priorizadas** empresas que atendam à rigorosa observância à legislação ambiental aplicável às suas atividades, conforme IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, destacando-se os seguintes critérios: Certificado de Licenciamento Ambiental, composto de Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e

Licença de Operação (LO), conforme Art. 18 da Resolução; CONAMA 237/97, Art. 18 e 19 da Lei Complementar 232/2005.
A CONTRATADA deverá providenciar, sempre que solicitado pela SFA/MT, o credenciamento de algum novo estabelecimento, caso o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório, ou, ainda, caso o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro dos limites praticado no mercado ou ainda por quaisquer outras questões técnicas ou operacionais.
As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela CONTRATADA deverão proceder a entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos.
Todos os serviços executados, ou materiais e combustíveis fornecidos pelas oficinas, concessionárias e postos de abastecimento conveniados pela CONTRATADA, estarão sujeitos à aceitação da SFA/MT, na pessoa do Gestor de Frota, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.
Na hipótese acima prevista, as oficinas e as concessionárias conveniadas pela CONTRATADA, obrigar-seão a executar os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicada à CONTRATADA a não aceitação pelo Gestor de Frota.
Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA deverão ser por esta reembolsados, inexistindo quaisquer vínculos ou obrigações financeiras entre a SFA/MT e tais prestadores de serviço.
A CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer tempo, indicar outras empresas para prestação dos serviços acima descritos, de modo a ampliar a rede de atendimento, bem como solicitar o credenciamento de empresas especializadas em serviços não descritos acima, desde que vinculados à manutenção, reparação automotiva e abastecimentos em geral nos prazos previstos no item 5.1.2.
A CONTRATADA deverá optar pela rede de estabelecimentos especializados em serviços técnicos de manutenção de veículos e abastecimento, que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

Possuir microcomputador, impressora e conexão à Internet;
Dispor de ferramenta atualizada para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;
A oficina deverá ser credenciada pela CONTRATADA em até 15 (quinze) dias corridos, a partir dasolicitação pela CONTRATANTE para novos credenciamentos. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação fundamentada da CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE;
Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças e componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da CONTRATANTE, bem como abastecimento de combustíveis e lavagens, nas suas instalações, independentemente da marca do veículo;
Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;
Devolver os veículos para a CONTRATANTE em perfeitas condições de funcionamento;
Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços e desde que aprovados pela CONTRATANTE;
Prestar garantia de todos os serviços e troca de peças que realizar;
Estar apta a emissão de notas fiscais eletrônicas, em respeito à legislação tributária vigente.

A CONTRATADA será a única responsável por garantir que as oficinas e postos de abastecimento credenciados atendam às exigências descritas no **item 5.1.11**
A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todo e qualquer ato lesivo à frota do SFA/MT, causado por alguma das empresas conveniadas, no exercício de manutenção prevista no CONTRATO.
A credenciada pela CONTRATADA deverá disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos da CONTRATANTE, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo Gestor de Frota ou pela comissão especialmente designada pela autoridade competente da CONTRATANTE.
A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos, com a apresentação da rede credenciada, deverá dar-se num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.
Os serviços de lubrificação com troca de filtros de combustíveis e lubrificantes, lavagens e outros serviços associados em geral, serão realizados preferencialmente nos municípios sedes da CONTRATANTE, não excluindo estes serviços, em eventual necessidade, nos municípios polos do estado de Mato Grosso.
Da Plataforma

A CONTRATADA deverá tornar disponível à CONTRATANTE, plataforma de trabalho em ambiente *web*, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

Abertura de Ordens de Serviço *on-line/real time*;
Recebimento de orçamento *on-line/real time*, com ferramenta para extração e impressão do orçamento, em formato PDF, para fins de controle e arquivo;
Avaliação e aprovação *on-line/real time* de orçamento de peças, acessórios e serviços;
Cotação de preços de peças, acessórios e serviços *on-line/real time*;
Acompanhamento *on-line* do *status* dos serviços que estiver sendo efetuado;
Sistemas Integrados de Informações, permitindo a geração de Relatórios Gerenciais, com opções para extração do relatório em formato XML e PDF;
Sistemas Tecnológicos integrados que viabilize a autorização para realização dos serviços de manutenção e reparos, fornecimento de autopeças e acessórios, bem como abastecimento e serviços afins, para os veículos da frota da CONTRATANTE junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração;
Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas, concessionárias credenciadas e postos de abastecimento, em todo o Estado do Mato Grosso, preparadas para aceitar transações com as senhas dos usuários dos sistemas;
Todas as operações serão realizadas interativamente, através de sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet), entre o sistema da CONTRATADA e os operadores – servidores autorizados da SFA/MT, de acordo com cada nível de acesso, mediante opções de execução oferecidas (menus). A plataforma de trabalho deverá permitir acesso de qualquer terminal conectado à internet, mediante *login* e senha de usuário.

A CONTRATADA deverá fornecer ferramenta capaz de possibilitar que o Fiscal do Contrato realize, *on line*, consulta à tabela de preços do fabricante de cada peça desejada, bem como à tabela de tempo de mão de obra, que pode ser o Sistema AUDATEX ou similar, sem nenhum custo adicional para CONTRATANTE.
Os preços das peças deverão ser atualizados de acordo com as alterações do PPS – Preço Público Sugerido, apresentados pelos fabricantes de cada marca ou conforme a gestão da empresa que administra o sistema AUDATEX ou similar.
A plataforma deverá permitir a inclusão permanente de novos veículos nos bancos de dados (modelos, peças e tempos de mão-de-obra), além de permitir busca de peças por nome, código ou através da identificação da imagem/figura da peça do veículo (marca, modelo, ano e motorização).
A plataforma deverá possibilitar à SFA/MT a aquisição, por meio da rede credenciada da CONTRATADA, de quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora de veículos e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotiva e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:

Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora de veículos e embarcações e constantes de seu catálogo; ou
Originais, do fabricante fornecedor da montadora dos veículos e motocicletas, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo; ou

De outros fabricantes, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidade recomendadas ou indicados pelo fabricante ou montadora de veículos e embarcações, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração.

A plataforma deverá possibilitar a realização de manutenção preventiva, corretiva, abastecimento de combustíveis e outras prestações de serviços, conforme segue:
Manutenção preventiva que tem como objetivo principal, mediante uma introdução sistemática regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes ou mesmo à paralisação do veículo. São exemplos de manutenção preventiva:

Troca de pneus, alinhamento, balanceamento e desempeno de rodas;
Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;c)
Lubrificação de veículos;
Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador, etc.;
Substituição de itens do motor;
Limpeza de motor e bicos injetores;
Regulagens de bombas e bicos injetores;
Limpeza e higienização do sistema de ar condicionado;

Edital Pregão 07/2016 (1529066) SEI 21024.002010/2016-57 / pg. 249

Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação da equipe de Gestão de Frota da SFA/MT.

Manutenção Corretiva ou Pesada que compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva:

Serviços de retífica de motor;
Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
Serviços de instalação elétrica;
Serviços no sistema de injeção eletrônica;
Capotaria;
Tapeçaria;
Funilaria e pintura;
Manutenção nos sistemas de arrefecimento, freios, suspensão e direção; Manutenção no sistema de ar-condicionado.

Abastecimento de combustíveis (gasolina, etanol, diesel comum e S10, etc.), bem como serviços de lubrificação e lavagem, entre outros.

Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a CONTRATANTE com relação aos veículos ainda em prazo de garantia, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas. Sempre que houver nova aquisição de veículos por parte da SFA/MT, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, que providenciará o credenciamento das concessionárias das respectivas marcas, nos municípios descritos no **item 5.1.1** e que possuam concessionárias instaladas.

Prestação de serviços de mão de obra, que deverão ser realizados através de profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia.

Serão consideradas como USUÁRIOS os Gestores de Frota, designados para fiscalização e gerência dos serviços, e como GESTORES os Fiscais do Contrato, aos quais a CONTRATADA tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema *web* de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do órgão fiscal;

A plataforma autorizará o faturamento, da empresa credenciada para a CONTRATADA, e da CONTRATADA para a CONTRATANTE, dos serviços executados e do fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos Gestores de Frota, designados pela SFA/MT;

A plataforma deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, que possibilitem o efetivo controle e gestão das informações sobre os veículos, gerência dos usuários e respectivas despesas com serviços gerais de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores, devendo ser disponibilizadas as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação dos serviços:

Histórico de manutenção de veículo – valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, placa, quilometragem, estabelecimento onde foi realizado, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças, total de tempo de mão de obra utilizada e identificação do Gestor de Frota que autorizou o serviço ou o fornecimento da peça;
Relatório dos orçamentos em abertos;
Pesquisa no sistema da garantia de peças e serviços;
Histórico dos orçamentos;
Histórico da manutenção dos veículos;
Relatório por analítico por tipo de peça fornecida e por tipo de serviço prestado;
Cotação em tempo real (*on-line)* – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo;
Pesquisa de cadastro dos veículos;
Composição da frota e idade média;
Relação de serviços por estabelecimentos credenciados;
Indicativo de quais oficinas atendem aos requisitos ambientais previstos neste termo, para viabilizar a ordem de preferência na localidade;
Relatório de operação de manutenção;
Utilização de peças e serviços por estabelecimentos;
Custos e quantidade por tipo de manutenção por veículos;
Custos e quantidade por tipo de manutenção por grupo de veículos.;
Pesquisa no sistema por preços de peças e serviços;
Custos por km e indicadores de gastos por veículos.

Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período pré-estabelecido pelo gestor da frota, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.
A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas deverão ser descentralizadas e automáticas, a partir do momento da realização das transações nos estabelecimentos conveniados.
A CONTRATADA deverá permitir acesso para o Fiscal do Contrato, bem como aos Gestores de Frota, possibilitando: consulta, autorização, aprovação, rejeição, emissão e consulta de relatórios, cujos perfis/níveis de acesso devem atender a indicação formalizada pela CONTRATANTE.
O sistema disponibilizado pela CONTRATADA deve ser compatível com o sistema operacional e Office Linux – Ubuntu, navegadores padrões Mozila Firefox ou Google Chrome, sendo de responsabilidade da proponente quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.
A CONTRATADA deverá fornecer as garantias e segurança da plataforma conforme a seguir:

A autorização para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário, pessoal e intransferível;
O bloqueio do uso da senha deverá ser *on-line* e a partir da base operacional definida pela CONTRATANTE, mediante senha/rotina específica; Troca periódica ou validação de senha pessoal;
Cancelamento de senha somente pelo Fiscal do Contrato;
O uso indevido de senha de USUÁRIO não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo Fiscal do Contrato, será considerado falha do sistema e as despesas efetivas serão suportadas pela CONTRATADA.

A CONTRATADA se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.
A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos, com fornecimento de peças, deverá dar-se num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos sistemas *web* da CONTRATADA pelos servidores autorizados vinculados à SFA/MT.
O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos na plataforma da CONTRATADA, utilizado no atendimento às demandas da SFA/MT não deverá ser superior a 01 (um) dia útil contados da notificação.
A CONTRATADA deverá prover forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico

Dos Procedimentos

Para aquisição de peças, a CONTRATANTE, na pessoa do Gestor de Frota selecionará, através do menu de fornecedores para cada região, constante na plataforma, o fornecedor apto a fornecer a peça desejada. Após seleção, o próprio Gestor de Frota abrirá chamada, que será encaminhada pelo sistema ao fornecedor, onde deverá consignar a placa do veículo, a quilometragem atual e a peça solicitada. O fornecedor verificará, através de pesquisa da placa junto ao banco de dados do sistema *web*, a marca, modelo e ano de fabricação/modelo do veículo, e elaborará o orçamento acerca do fornecimento da peça solicitada.

A cada necessidade de serviço, o Gestor de Frota, apresentará o veículo na oficina credenciada, relatando a manutenção a ser realizada.

O responsável pelo recebimento do veículo na empresa credenciada abrirá, através do sistema *web*, uma Ordem de Serviço, contendo a placa do veículo, data, hora e quilometragem de entrada, bem como a matrícula do servidor que entregou o veículo e os defeitos constatados. Mediante a digitação da placa, o sistema efetuará a migração de todos os dados identificadores do veículo, que já estarão pré-cadastrados no banco de dados da plataforma. A empresa credenciada fornecerá ao usuário do serviço comprovante de entrega do veículo, constando a identificação do responsável pelo recebimento do mesmo, data, com breve check-list, onde serão relatadas eventuais avarias pré-existentes, bem como pertences e equipamentos que acompanharão o veículo. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos advindos da omissão dessas informações.

A CONTRATADA é responsável pelas cotações e negociações que envolvam os orçamentos, junto à rede credenciada de oficinas, e dos acompanhamentos dos prazos e execução dos serviços pela credenciada.

O pagamento da CONTRATADA para rede credenciada deverá ser no máximo de 30 dias após a execução dos serviços ou fornecimento de peças, podendo ser esse prazo prorrogado desde que acordado entre a CONTRATADA e as credenciadas.

Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos veículos devem ser estabelecidos de comum acordo com a Contratada, levando-se em consideração sua complexidade e grau de avaria não excedendo a 120 (cento e vinte) horas quando se tratar de manutenção corretiva e no máximo 48 (quarenta e oito) horas para os serviços de pequena monta (manutenções operacionais/preventivas), a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo aos serviços de maior durabilidade, desde que previamente informados ao gestor da base.

Caberá exclusivamente ao Fiscal do Contrato consultar o orçamento *on-line* na plataforma, conferindo:

Se os valores das peças e a quantidade de horas técnicas informadas não ultrapassam os valores descritos pelo sistema AUDATEX ou similar, com os devidos descontos, conforme proposta da licitante vencedora.

O Fiscal do Contrato autorizará a execução de serviço através da plataforma, mediante o uso de senha pessoal e intransferível, declarando eletronicamente a conformidade do orçamento com as regras contidas neste Termo de Referência e proposta vencedora.

A oficina executa os serviços/peças autorizados pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA é responsável pelo recebimento e conferência das notas fiscais/faturas das credenciadas, que posteriormente, caso solicitado, serão enviadas à CONTRATANTE.

A contratada é responsável pela realização de, no mínimo, 3 (três) orçamentos de peças e/ou serviços especializados de manutenção junto à rede de lojas e oficinas credenciadas, devendo obrigatoriamente apresentá-los à sfa/mt, cabendo ao gestor de frota analisar e certifica-se através de consulta a fornecedores ou por outros meios que os orçamentos condizem com os valores praticados no mercado, a fim de garantir o menor preço para a contratante.

Na mesma circunscrição, entre os três orçamentos apresentados deverá ser dada preferência aquelas oficinas que atendam aos requisitos de ambientais previstos neste termo, desde de que estejam de acordo com o valor com desconto previsto na proposta da licitante vencedora.

Na hipótese da credenciada que atenda todas as qualificações ambientais descritas neste termo não ofertar orçamento, ou não existir credenciada na circunscrição que atenda a essas especificações, prevalecerá o critério de menor valor do orçamento.

Na impossibilidade de apresentar os 3 (três) orçamentos exigidos, a CONTRATADA deve apresentar justificativa por escrito sobre o não cumprimento desta exigência à SFA/MT.

Não serão aprovados os orçamentos que ultrapassarem os limites dos valores de peças e quantidade de mão de obra previstos no sistema AUDATEX ou similar, com os devidos descontos, conforme proposta vencedora. Também serão descartados os orçamentos cujo valor da hora

técnica ultrapassar os limites estabelecidos pela rede de concessionários de cada marca, também com o devido desconto, conforme proposta vencedora.
O funcionário orçamentista da empresa credenciada efetuará orçamento detalhado a respeito da manutenção a ser realizada ou peça a ser fornecida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contendo os seguintes dados:
Peças a serem substituídas, constando a descrição detalhada e o valor individual de cada peça, o qual será obtido através do sistema AUDATEX ou similar. Sempre que não constar nas tabelas *on-line* fornecidas pela CONTRATADA algum valor de peça ou mão de obra, o Fiscal do Contrato deverá comprovar a pesquisa de preço no mercado, registrando todos os dados da consulta na plataforma. A consulta poderá ser feita às tabelas de preços fornecidas pelos fabricantes, nos sítios eletrônicos disponíveis para consulta, na própria loja de venda de peças, ou ainda via telefone, *e-mail*, ofício, ou pessoalmente, desde que conste registrada na plataforma os dados do orçamento realizado.
Para peças exclusivas, onde não haja parâmetros para comparação em razão da existência de um único fornecedor, o gestor fará o registro desta informação na plataforma, que servirá, desde que confirmada, como justificativa para a ausência de comparativos de mercado.
Serviços a serem executados, contendo a descrição de cada serviço, com a respectiva quantidade de horas técnicas, conforme sistema AUDATEX ou similar, e o valor individual de cada serviço.
Havendo a necessidade de execução de serviços especializados, cujos valores de peças e/ou o tempo de mão de obra não conste no banco de dados AUDATEX ou similar, ou não existam outras empresas para cotação eletrônica, os valores cobrados serão comparados com pesquisa de mercado, realizada pelo Fiscal do Contrato, através de outros fornecedores para o mesmo serviço ou peça, podendo a pesquisa expandir para outras Unidades da Federação, caso não existam outros fornecedores no Estado de Mato Grosso.
Entende-se como serviços especializados toda e qualquer manutenção ou reparação de equipamento ou sistema instalado ou adaptado ao veículo, que não possa ser executado em oficina mecânica ou concessionária autorizada, demandando formação profissional específica e ferramental especial. São exemplos de serviços especializados: manutenção de rádio-comunicadores, manutenção de equipamentos de iluminação de emergência, plotagem e adesivagem dos veículos, confecção de placas, geometria de turbinas, alinhamento de chassi, entre outros. Havendo demanda deste tipo de serviço, a SFA/MT solicitará à CONTRATADA o credenciamento da empresa.
Os orçamentos apresentados pelas credenciadas da CONTRATADA terão validade mínima de 30 (trinta) dias corridos, período durante o qual não poderá alterar os preços das peças orçadas, independente de flutuações do mercado de auto-peças e da data em que a CONTRATANTE autorizar a execução dos serviços. Havendo alteração nos preços praticados pelas montadoras, caberá a CONTRATADA fornecer à CONTRATANTE as novas tabelas de preços atualizados.
O Fiscal do Contrato poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo se a CONTRATADA e sua rede credenciada, a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte, tendo a oficina credenciada o prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir da rejeição, para refazer ou corrigir os serviços não aceitos. A plataforma de trabalho deverá possibilitar a extração de relatório por empresa credenciada, a fim de controle do nível de excelência no atendimento.
As peças e suas quantidades, bem como o número de horas/serviços a serem executados, deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo, devendo as credenciadas pela CONTRATADA abster-se de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto, conforme o que prevê o fabricante do veículo.
Caso haja inconsistências do serviço prestado com o previsto no edital e seus anexos, a contratada terá o prazo de 3 (três) dias uteis para correção do problema, esse prazo poderá ser aumentado a critério do gestor de frota, dependendo do teor do problema, devendo o mesmo justificar o maior prazo empregado.
Quando houver a necessidade de realização de revisão em garantia, o orçamento da concessionária deverá obedecer à política de preços praticada pelo programa de revisão programada, divulgado pela respectiva montadora.
No caso de veículos que sofreram modificações estruturais, pela especificidade das atividades desenvolvidas, e consequentemente as peças também sofreram adaptações (partes mecânicas e/ou elétricas), informar que o parâmetro de comparação não levará mais em conta a originalidade

inicial (antes da modificação), mas sim aquela configuração apresentada desde o início do uso pela SFA/MT.
Poderão ser trocadas todas as peças que compõem o veículo, inclusive peças dos acessórios que os compõem, desde que o orçamento não ultrapasse a importância de 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do veículo, nos termos do Art. 2º da Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.
Fica estabelecido o uso da tabela FIPE para consulta do valor de mercado dos veículos a serem consertados.
Os estabelecimentos credenciados obrigam-se a reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações.
Cada Gestor de Frota responsável pela unidade de lotação do veículo a ser manutenida deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento das peças originais, objeto da contratação, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências. Após a conclusão dos serviços, o Fiscal Regional de Frota encaminhará ao Fiscal do Contrato um comunicado informando que as peças fornecidas e os serviços executados correspondem fielmente às especificações deste Termo de Referência.
Não configura responsabilidade do CONTRATANTE, a contratação da totalidade do valor indicado na estimativa constante do presente Termo de Referência, sendo certo que a efetiva contratação será em função da necessidade, que poderá ser reduzida ou aumentada, não estando o CONTRATANTE adstrito a qualquer consumo ou cota mínima.
Para o cadastramento dos veículos e condutores, a CONTRATANTE fornecerá as seguintes informações à CONTRATADA:
Veículos:

Placa
Marca
Tipo/Modelo/versão/motor
Chassi
Combustível utilizado
Ano de fabricação e
modelo Capacidade
do tanque edição
atual do hodômetro
Patrimônio / lotação

Condutores:

Nome
Matrícula/Cargo
Lotação

A CONTRATADA fica obrigada a comunicar imediatamente à CONTRATANTE os postos de combustíveis autuados e/ou interditados pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, em razão da qualidade do produto comercializado, que façam parte de sua Rede Credenciada. Ainda, deverá a CONTRATADA providenciar o cadastro de novo estabelecimento, no prazo máximo de 30 dias, em substituição ao que apresentar problemas.
A SFA/MT informará os limites de crédito para cada cartão, a fim de serem gastos com combustíveis, lubrificantes e produtos afins.
O software permitirá o fácil controle do saldo remanescente para a aquisição de combustíveis, possibilitando a estipulação de limites pelo Gestor do Sistema e exibindo alertas quando o saldo atingir níveis críticos.
O Sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

Identificação do posto (Nome e Endereço);
Identificação do veículo (placa oficial);
Identificação do condutor, mediante uso de senha pessoal;
Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;

Tipo de Combustível;
Quantidade de litros de combustível;
Valor do litro do combustível;
Valor da operação;
A data e hora da transação;
Saldo restante disponível do cartão de abastecimento, em Reais e em destaque;
Média de consumo por litro;
Histórico das operações realizadas por usuário previamente cadastrado pelo CONTRATANTE;
Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
Volume de litros, de gastos realizados por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota;
Indicação dos desvios de média de consumo do veículo, tipo de combustível, entre outros; e,
Despesas realizadas por base operacional e Unidade, quando for o caso.

Os relatórios de gestão de abastecimento, emitidos por meio do software de gestão, deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

Histórico das operações realizadas pela frota contendo data e hora do abastecimento, identificação do estabelecimento, identificação do condutor, identificação do veículo (placa, marca, modelo, ano de fabricação), quilometragem (hodômetro) do veículo no ato do abastecimento, tipo de combustível abastecido, quantitativo de litros abastecido, valor por litro e total adquirido, média de consumo (quilometragem por litro de combustível), subtotal disponível no cartão e quilometragem percorrida por veículo;

Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela CONTRATANTE;
Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
Preço médio pago por tipos de combustível consumidos pela frota;
Volume de gastos realizados por tipos de combustível;
Indicação dos veículos que apresentarem distorções em termos de quilometragem e consumo de combustíveis;
Despesas realizadas;
Cadastro completo dos veículos, máquinas e equipamentos e condutores;
Eventuais inconsistências da operação realizada; e,
Relatório específico dos cartões adicionais contendo, além das informações descritas do item "a", identificação da placa do veículo.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Da Aceitação dos Serviços

A recepção dos serviços não implica na sua aceitação definitiva, que dependerá da verificação da qualidade dos mesmos pelo Gestor de Frota responsável pela unidade de lotação do veículo a ser manutenida, designado para tal, pela CONTRATANTE.

O Gestor de Frota, ao receber o veículo, deverá submetê-lo a testes de condução, até certificar-se que a manutenção foi executada a contento. Havendo qualquer inconsistência, deverá retornar o veículo à oficina, para que sejam corrigidas eventuais falhas de execução do serviço. Após certificar-se de que não há pendências a regularizar, enviará um comunicado, via e-mail, ao Fiscal do Contrato, atestando a conclusão da manutenção e autorizando seu faturamento pela credenciada à CONTRATADA.

Ocorrendo inconsistência no serviço executado e recusa da credenciada na solução da pendência, o

Gestor de Frota deverá enviar comunicação circunstanciada ao Fiscal do Contrato, que acionará a CONTRATADA para interceder junto à credenciada, viabilizando a solução do conflito. Enquanto não se verificar a solução da pendência, ainda que a CONTRATADA já tenha emitido nota fiscal, o valor correspondente ao serviço pendente será glosado, somente sendo pago após resolução plena do defeito constatado. O mesmo disposto aplica-se à recusa, por parte da credenciada, no fornecimento de peças, suprimentos e acessórios, ou fornecimento em desacordo com os padrões de qualidade.

No caso de fornecimento de peças, suprimentos ou acessórios em desacordo com os padrões de qualidade, os materiais recusados serão devolvidos à credenciada, devendo o valor ser glosado

integralmente, caso já tenha sido emitida nota fiscal, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo fornecimento, através de outro fornecedor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
Os custos para substituição das peças rejeitadas, bem como da correção de inconsistências de serviços realizados, correrão por conta da CONTRATADA.

Prestados os serviços e/ou fornecidas às peças, que serão recebidos da seguinte forma:

Provisoriamente pelo FISCAL, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações deste e da proposta, no prazo de três dias;
Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes deste e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório, verificada a qualidade e quantidade com aprovação do serviço no sistema.
O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civis e penais da CONTRATADA.
Tendo ocorrido o recebimento definitivo, no momento da utilização, caso aconteça de apresentar quaisquer defeitos, deverá ser obrigatoriamente substituído, durante todo o período de garantia no prazo de 5 dias úteis a contar da comunicação formal pela CONTRATANTE sob pena de incorrer em ato que justifique aplicação de sanção administrativa;
A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, a entrega de produto em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
Do Preposto e Suas Atribuições
Credenciar, junto à SFA/MT, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones fixo e celulares, fax, endereços eletrônicos e todo e qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato CONTRATANTE-CONTRATADA, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados.
A SFA/MT se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da CONTRATADA, uma vez constatando o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função que lhe foi cometida.

DOS TREINAMENTOS

A CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, o treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização da plataforma. O treinamento poderá ser presencial, *on line*, através de videoconferência ou mediante manuais em mídia removível.
O treinamento para o fiscal de contrato deverá ser realizado imediatamente após a disponibilidade da plataforma.
O treinamento para os Gestores de Frota deverá ocorrer em um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a disponibilidade da plataforma.
A CONTRATADA será responsável, às suas expensas, pelos custos de realização de todo o treinamento dos Gestores de Frota e dos representantes dos estabelecimentos credenciados, no que se refere à utilização da plataforma.
A CONTRATADA deverá oferecer novo treinamento, nos mesmos prazos previstos nos itens 7.2 e 7.3, sempre que ocorrer:
Qualquer alteração no sistema da CONTRATADA;
Inclusão ou substituição de algum Gestor de Frota;
Inclusão ou substituição de alguma empresa da rede credenciada.
Será considerado como USUÁRIO todo servidor das unidades administrativas determinadas pelo a SFA/MTÏ»¿Ï»¿Ï»¿, sendo designados servidores responsáveis pela fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a CONTRATADA disponibilizará todo o treinamento necessário para que possam utilizar corretamente o sistema, como também fornecerá senhas de acesso ao sistema *web* de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do Fiscal do Contrato, que lhe serão formalmente indicados.

INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será iniciada em até 30 dias após a assinatura do contrato.

DA FISCALIZAÇÃO

Serão designados como Fiscais do Contrato servidores para conferir e autorizar orçamentos e executar, operacionalmente, as ações de acompanhamento físico-controle e fiscalização do

CONTRATO, desempenhando o papel de representante da Administração de que trata o artigo 67 da Lei 8.666/93, devendo ter acesso a todas as ferramentas disponibilizadas pela plataforma de trabalho implantada pela CONTRATADA.
Serão designados como Gestores de Frota os servidores designados pela direção da SFA/MT, os quais terão como função encaminhar os veículos sob sua gestão para a rede credenciada e acompanhar a execução dos serviços, devendo ter acesso limitado à plataforma de trabalho implantada pela CONTRATADA.
A CONTRATADA deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com os fiscais do CONTRATO serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.
A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
Permitir acesso da empresa a ser CONTRATADA nas dependências da SFA/MT para inspeção, instalação e manutenção do sistema informatizado de gerenciamento de manutenção de veículos.
10.4 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Edital e seus anexos.
Fornecer a relação dos veículos pertencentes à frota da CONTRATANTE, autorizados a utilizar os serviços, bem como eventuais alterações que venham a ocorrer na frota, tais como, inclusão ou exclusão de veículos.
Fornecer a relação dos servidores, com o perfil de cada um, para cadastramento das senhas de acesso aos serviços contratados.
Solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com o objeto contratado.
Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato, de acordo com a norma de contratação.
Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA.
Proporcionar todas as facilidades para que a empresa CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste Termo de Referência e seus anexos.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA todo o investimento necessário com:
Implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança e credenciamento da rede de empresas fornecedoras;
Manutenção do sistema e treinamento do pessoal;
Fornecimento de manuais de operação;
Operação e controle dos sistemas *web* utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;

Manutenção permanente de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços;
Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do contrato.
A CONTRATADA deverá treinar e capacitar, nos prazos previstos, os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizar todos os recursos do sistema, de acordo com o perfil de cada USUÁRIO;
A CONTRATADA deverá fornecer, nos prazos previstos neste termo, relação completa das oficinas conveniadas e comunicar a CONTRATANTE qualquer acréscimo ou supressão ocorrida;
Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
A CONTRATADA deverá garantir que não seja executada qualquer manutenção em veículos que não estejam cadastrados na frota da CONTRATANTE, bem como não seja autorizada nenhuma execução de serviço ou fornecimento de peças sem prévia autorização do Gestor de Frota, mediante uso de senha pessoal;
A CONTRATADA responsabiliza-se pela guarda e segurança dos veículos enviados para manutenção nas oficinas/concessionárias credenciadas. Os vícios e danos decorrentes da execução do objeto, que a Administração não tenha dado causa, serão suportados pela CONTRATADA, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
A CONTRATADA deverá nomear e manter preposto para representá-la perante a CONTRATANTE e assistila em todas as questões relativas à execução do contrato;
A CONTRATADA deverá facilitar a ação de fiscalização da SFA/MT, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por ela apresentadas;
A CONTRATADA obriga-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração;
A CONTRATADA arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza resultantes da execução do contrato, preservando a SFA/MT de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução do contrato;
A CONTRATADA se responsabiliza pelo fiel e pontual pagamento à rede credenciada pelos serviços prestados e fornecimento de peças e acessórios originais aos veículos da SFA/MT, fornecendo mensalmente à CONTRATANTE, juntamente com as Notas Fiscais de peças e serviços, declaração de que não constam pendências financeiras para com a rede credenciada, responsabilizando-se civil e criminalmente pela falsidade das informações;
A CONTRATADA deverá acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do Contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes, a quaisquer aspectos da execução contratual;
A CONTRATADA deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos necessários para execução de seus trabalhos;
Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
A CONTRATADA deverá relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
A CONTRATADA deverá informar às credenciadas que elas serão sempre as responsáveis por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
A CONTRATADA responderá civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços.
A CONTRATADA deverá recompor o valor da garantia contratual sempre que a anterior vença ou tenha o seu valor reduzido em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda sempre que ocorrer modificação no valor do contrato, durante a sua vigência.
Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
Disponibilizar relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos, manutenção por veículo e centro de custo que demonstrem ao gestor da frota:

- Consolidação dos dados armazenados no sistema, de forma a obter relatórios gerais e individuais pormeio da internet;
- Necessidade de troca de óleo, de manutenção preventiva, com base na quilometragem percorrida outempo transcorrido;
- Eventuais inconsistências de operação realizada;

Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante conter no mínimo:

- Histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa/patrimônio, por tipo de frota, por centro de custo, por estabelecimento, com descrição do valor unitário e total de peças e de mão-de-obra;
- Ordem de serviço cadastrada;
- Comparativo de valor negociado na ordem de serviço;
- Registro de garantia de peças e serviços;
- Histórico de orçamentos;
- Relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo;
- Composição da frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo, centro de custo, placas e demais dados de identificação; Relação completa da rede credenciada;
- Tempo de imobilização do veículo;
- Custo por tipo de manutenção (operacional, preventiva e/ou corretiva);
- Custo mensal e anual dos serviços e peças, separadamente por período, veículo, Unidade Administrativa, Base de Gerenciamento e Centro de Custo;
- Total de veículos manutenidos por mês e ano;
- Total de manutenções realizadas por veículo por mês e ano.

Deverá fornecer, mensalmente, Nota Fiscal única, com a consolidação financeira dos serviços prestados, discriminado o total com peças e mão de obra e taxa de administração, separadamente.
Enviar juntamente com a nota fiscal, relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, constando demonstrativo de compras, discriminação do valor de peças adquiridas, serviços

prestados, descontos praticados, taxa de administração, bem como comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.
Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do Contrato, prestando, formalmente todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se, ainda, a atender prontamente as reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual.
Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza dos seus profissionais, preservando a SFA/MT de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução do contrato.
Prestar Manutenção preventiva que tem como objetivo principal, mediante uma introdução sistemática regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes ou mesmo à paralisação do veículo. São exemplos de manutenção preventiva:

Troca de pneus, alinhamento, balanceamento e desempeno de rodas;
Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;
Lubrificação de veículos;
Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador, etc.;
Substituição de itens do motor;
Limpeza de motor e bicos injetores;
Regulagens de bombas e bicos injetores;
Limpeza e higienização do sistema de ar condicionado;
Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação da equipe de Gestão de Frota a SFA/MT.

Prestar Manutenção Corretiva ou Pesada que compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva:

Serviços de retífica de motor;
Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
Serviços de instalação elétrica;
Serviços no sistema de injeção eletrônica;
Capotaria;
Tapeçaria;
Funilaria e pintura;
Manutenção nos sistemas de arrefecimento, freios, suspensão e direção;
Manutenção no sistema de ar-condicionado.

Prestar Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a CONTRATANTE com relação aos veículos ainda em prazo de garantia, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas. Sempre que houver nova aquisição de veículos por parte da SFA/MT, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, que providenciará o credenciamento das concessionárias das respectivas marcas, nos municípios descritos no **item 5.1.1** e que possuam concessionárias instaladas.
Prestar de serviços de mão de obra, através de profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia.

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente a administração ou a terceiros,decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
Nos termos do artigo 33, inciso IV, da lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 26/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, inciso I e II da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.
A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

DO PAGAMENTO

A CONTRATADA emitirá mensalmente as notas fiscais dos serviços executados e das peças fornecidas pela rede credenciada, compilando todos os valores gastos durante o mês em duas notas fiscais distintas, uma para serviço a outra para peças. O valor correspondente à taxa de administração deverá estar discriminado e lançado na nota fiscal de serviços.
Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação das notas fiscais, em duas vias, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da fatura e data de aceitação e atesto dos serviços realizados pelo setor competente da CONTRATANTE.
Caso o valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei8666/93 o pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.
A nota fiscal deverá ser entregue até o 6º dia útil subsequente ao término do mês de prestação de serviço/fornecimento da peça. Após esse prazo a CONTRATADA enquadrar-se-á na ocorrência prevista no indicador 6 do Acordo de Nível de Serviço e a partir do encerramento do mês subsequente ao da prestação de serviço sem a entrega de nota fiscal, incorrerá em à multa, sem prejuízo de juros e multas de impostos que a CONTRATADA poderá incorrer por atraso no pagamento de impostos.
As Notas Fiscais/Faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, em nome da CONTRATANTE e nelas deverão constar os seguintes dados:

BANCO - número e nome;
AGÊNCIA - número e nome;
CONTA – número;
Especificar alíquota do imposto a ser retido na fonte.

Os dados especificados do **item 14.4** deverão ser os mesmos em todas as notas fiscais apresentadas mensalmente.

Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação dos gastos pelos relatórios relacionados no **item 14.7**, devidamente atualizados. Caso haja alguma pane na plataforma para retirada desses dados, o pagamento da nota ficará suspensa até a emissão dos mesmos.
Para efeitos de conferência e posterior ateste da fatura, o Fiscal do Contrato juntará às notas fiscais relatório analítico das transações efetuadas no período, extraído do sistema, constando os seguintes dados:

Placa do veículo;
Empresa credenciada que realizou o serviço ou forneceu a peça;
Número da Ordem de Serviço gerada;
Valor total dos serviços executados;
Valor total das peças aplicadas ou fornecidas;
Nome e matrícula do servidor que conferiu o orçamento, autorizou a execução do serviço oufornecimento de peças e atestou a conclusão do serviço ou recebimento das peças.

As despesas que apresentarem cobranças divergentes da forma estabelecida neste Termo de Referência, sob nenhuma hipótese serão quitadas pela CONTRATANTE.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
As Faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, não se admitindo Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aquele de filiais ou da matriz.
Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados.
A critério da CONTRATANTE, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.
Quando do pagamento a ser efetuado pela SFA/MT, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Divida da União, FGTS e INSS) tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE" (via terminal SIASG/SICAF), cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.
Também serão verificadas as seguintes certidões:

Cadastro Nacional de Condenações por ato de improbidade administrativa do CNJ, conforme AcórdãoTCU 1793/2011- Plenário
Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no
PortalTransferência, conforme Acórdão TCU 1793/2011- Plenário;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

Eventual situação de irregularidade fiscal da CONTRATADA não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.
Na hipótese de atraso do pagamento, fora do prazo estabelecido, excetuando-se os resultados de caso fortuito ou força maior, cuja nota fiscal foi devidamente atestada e protocolada, em que a CONTRATADA não haja concorrido em motivo para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente, a partir do 1º dia útil após a data limite estipulada até a data do efetivo pagamento, o percentual de correção será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = 0,00016438

I = (TX) I = (6/100)

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando o contratado não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas devidamente avaliadas pelo Acordo de Níveis de Serviço.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; não mantiver a proposta.

A CONTRATADA deverá realizar a efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos, com a apresentação da rede credenciada, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos serviços, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato. O atraso sem justificativa aceita pelo fiscal do contrato ou injustificado, gera multa de mora de 2% limitada a 10% por dia útil sobre o valor mensal previsto do contrato.
O atraso na prestação dos serviços contratados após o limite de 10% de multa de mora, conforme item anterior, ou o prazo limite de 10 (dez) dias úteis de atraso, sem justificativa ou sem justificativa aceita pela Administração, gera rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 03 (três) anos.
Multas Compensatórias:
Para a aplicação de multas serão observados todos as disposições do presente edital e seus anexos, bem como o acordo de nível de serviço.
Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 2 e itens a seguir, sem prejuízo das demais sanções:

Grau	Correspondência
01	0,2% por dia útil sobre o valor mensal previsto do contrato.
02	0,4 % por dia útil sobre o valor mensal previsto do contrato.
03	0,80% por dia útil sobre o valor mensal previsto do contrato.
04	1,60% por dia útil sobre o valor mensal previsto do contrato.
05	3,20% por dia útil sobre o valor mensal previsto do contrato.
06	4,00% por dia útil sobre o valor mensal previsto do contrato.

Atraso no credenciamento de fornecedores em desacordo com o prazo previsto no **item 5.1.2** do Termo de Referência.

Penalidade: grau 3. Após limite de ocorrência previsto no Acordo de Nível de Serviço, incide multa por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias úteis.

Após esse prazo, estará sujeita a rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a SFA/MT e descredenciamento do SICAF, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 01 (um) ano;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Atraso no pagamento da CONTRATADA para rede credenciada, em desacordo com o **item 5.3.3.1** deste Termo de Referência.

Penalidade: grau 3. Após limite de ocorrência previsto no Acordo de Nível de Serviço, incide multa por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias úteis. Após esse prazo, estará sujeita a rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a SFA/MT e descredenciamento no SICAF, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 01 (um) ano;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a SFA/MT, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; Atraso no atendimento e solução de problemas técnicos na plataforma da CONTRATADA.

Penalidade: grau 4. Após limite de ocorrência previsto no Acordo de Nível de Serviço, incidirá a multa incide multa por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis.

Após esse prazo, estará sujeita a rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a SFA/MT e descredenciamento no SICAF, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 01 (um) ano;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; Atraso no treinamento para gestores e usuários.

Penalidade: grau2. Após limite de ocorrência previsto no Acordo de Nível de Serviço, incidirá a multa incide multa por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias úteis.

Após esse prazo, estará sujeita a rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a SFA/MT e descredenciamento no SICAF, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 01 (um) ano;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; Entregar a nota fiscal após encerramento do mês subsequente ao da prestação de serviço.

Penalidade: grau 2. Após limite de ocorrência previsto no Acordo de Nível de Serviço, incide multa por dia de não atendimento, até o limite de 20 (vinte) dias consecutivos.

Após esse prazo, estará sujeita a rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a SFA/MT e descredenciamento no SICAF, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 01 (um) ano.
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; Deixar de atender demanda formal da fiscalização de contrato.

Penalidade: grau 2. Após limite de ocorrência previsto no Acordo de Nível de Serviço, incidirá a multa enquanto durar a infração, até o limite de 10 (dez) dias consecutivos. Após esse prazo incidirá multa de grau 03 até o limite de 5 (cinco) dias consecutivos. Findo esse prazo estará sujeita a rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a SFA/MT e descredenciamento no SICAF, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 01 (um) ano.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos neste item.

Penalidade: grau 2. Após prazo estipulado, sem justificativa aceita ou omissão, incidirá a multa enquanto durar a infração, até o limite de 5 (cinco) dias úteis. Após esse prazo incidirá multa de grau 02 até o limite de 5 (cinco) dias úteis. Findo esse prazo estará sujeita a rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a SFA/MT e descredenciamento no SICAF, por falhar na execução do contrato, pelo prazo de 01 (um) ano.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; Fraudar na execução do contrato.

Penalidade: 10% sobre o valor total do contrato ou nota de empenho, quando se tratar de entrega única, ou do valor da parcela quando se tratar de entregas parceladas. Implicará também em rescisão contratual, impedimento de licitar e contratar com a SFA/MT e descredenciamento no SICAF, por fraudar na execução do contrato, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei 8.666, de 1993: a Contratada que tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; demonstre não possuir inidoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.
No cálculo de apuração do valor referente à penalidade de multa, deverão ser incluídos os dias de início, primeiro dia útil após o vencimento da obrigação, e de efetivo adimplemento contratual até o prazo limite previsto, respeitadas as especificações descritas nos itens anteriores.
Será automaticamente dispensada do procedimento de que trata este Ato, e de cobrança, a multa inferior a 0,05% do valor previsto no inciso II, alínea "a" do artigo 23 da Lei nº 8.666/93.
A dispensa prevista no **item anterior** será formalizada nos autos do processo, inclusive com a informação do cálculo da multa.
Todas as penalidades descritas no **item 15.4** somente serão impostas após o devido processo administrativo.
Cabe ao Gestor de frota e ao fiscal do contrato verificar as penalidades elencadas no **item 15.4**, demais normas editalícias e legislação pertinente, comunicar à CONTRATADA dos fatos e solicitar justificativa. Da análise da justificativa pode o fiscal prorrogar os prazos previstos no edital por igual período, ou ainda, prazo maior desde que devidamente motivado, ou solicitar autuação de processo para apurar penalidade administrativa conforme item 15.9 deste Termo de Referencia.
Se após a prorrogação do prazo concedido pelo fiscal do contrato, a CONTRATADA não atender à solicitação ou não adequar-se as regras previstas, no caso da aplicação de multa será contado a partir do primeiro dia útil após o vencimento da obrigação, e de efetivo adimplemento, considerando a prorrogação concedida pelo fiscal.
Dos procedimentos
Do requerimento inicial
Durante a fiscalização da execução dos serviços ou entrega de materiais e/ou utensílios, verificada pelo fiscal que a CONTRATANTE cometeu qualquer uma das infrações descritas no edital, ata, Lei

10520/ 2002, Leis 10520/ 2002, 8666/93 e Decretos nº 5.450/2005 e 7.892/13, o fiscal adotará os seguintes procedimentos:

Enviará memorando à Gestão de Contratos solicitando a autuação de processo administrativo para apuração de possível infração administrativa, com as seguintes informações: o objeto do contrato, nº da nota de empenho, da ata e do processo de fiscalização, descrição detalhada da infração com indicação da norma infringida (art. da lei, item edital e/ou cláusula do contrato), da comunicação do fato à empresa, da resposta da CONTRATADA (caso existir) e demais informações que justifiquem a abertura do processo;

Deverão ser anexados ao memorando documentos que comprovem a motivação da apuração dapenalidade, tais como ofícios enviados à empresa, fax, notas fiscais e etc.

Da análise inicial

Cabe à Gestão de Contratos a análise da documentação enviada pelo fiscal, solicitação de documentos complementares, diligências e verificação dos pressupostos legais para autuar o processo administrativo que visa apurar possível inexecução total ou parcial do contrato.

Da instrução

Verificada pela Gestão de Contratos a existência da motivação será autuado o processo e instruído com os seguintes documentos:

Edital de licitação;

Contrato administrativo, ata de registro, carta-contrato ou empenho;

Proposta da empresa;

Garantia (se for o caso);

Demais documentos que julgar necessários.

Ciência e defesa prévia

A Gestão de Contratos dará conhecimento à CONTRATADA da instauração de processo administrativo para apurar possível inexecução total ou parcial do contrato e citará a CONTRATADA informando-a do prazo para apresentar defesa prévia.

A notificação deverá ser enviada pelo correio, com Aviso de Recebimento, ou entregue ao fornecedor mediante recibo, ou em caso de mudança de endereço ou recusa de recebimento, publicada no Diário Oficial, quando começará a contar o prazo para apresentação de defesa prévia.

A CONTRATADA tem direito à vista dos autos e obter cópias de documentos neles contidos de acordo com as normas internas da SFA/MT.

Defesa prévia

A CONTRATADA poderá apresentar defesa prévia, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da citação, no caso das penalidades previstas no item 15 e seus subitens deste Termo de Referência.

A defesa deverá ser digitada em computador, sem emendas e devidamente assinada pelo representante legal. Deverá ser protocolada na SFA/MT do qual foi notificado, conforme endereços descritos no item 5.1.1 deste Termo de Referência.

Poderá a CONTRATADA anexar a sua defesa provas e documentos para comprovação dos fatos.

Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Antes da análise das alegações, averiguar-se-á se a peça de defesa é tempestiva:

Se intempestivo, não conhece das alegações;

Se tempestivo, conhece das alegações e analisa sua procedência ou não.

A Gestão de Contratos analisará a defesa prévia quando houver, bem como os demais documentos do processo, juntará demais diligências e relatório, enviando-o ao Superintendente para análise da defesa e decisão, nos casos das penalidades previstas no item 15 e seus subitens.

O Gestor de Contratos analisará a defesa prévia quando houver e demais documentos do processo e concluirá:

Se procedente, não se aplica a

sanção; Se improcedente, aplica-

se a sanção.

O Gestor de Contratos tem o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

A decisão será lavrada pelo Gestor de Contratos em despacho juntado ao processo e publicada em Portaria.

Notificação

Aplicada a sanção, o Gestor de Contratos enviará ofício à empresa notificando-a da decisão e da abertura do prazo para Recurso Administrativo e enviando Guia de Recolhimento da União – GRU (se for o caso).

Do recurso

A CONTRATADA poderá apresentar recurso, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da citação, no caso das penalidades previstas no item 15 deste Termo de Referência**.** O recurso administrativo será encaminhado a autoridade (Gestor de Contrato) que praticou o ato.

O recurso deverá ser digitado em computador, sem emendas e devidamente assinada pelo representante legal. Deverá ser entregue no endereço descrito no item 15.11.**5.2** deste termo de referência.

Caso não haja recurso, o Gestor de Contrato autorizará a inscrição da sanção no SICAF e demais procedimentos pertinentes para recolhimento em caso de multa.

Havendo recurso verificar-se-á se o recurso é:

Intempestivo, nega-se o conhecimento do mérito;

Tempestivo, conhece-se do mérito.

Constatada a tempestividade do recurso, poderá o Gestor de Contrato reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do recurso.

É obrigatória a publicação na aplicação das penalidades na imprensa oficial no caso de Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93).

As multas devidas e/ou prejuízos causados à SFA/MT serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Dos prazos

Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do contrato:

O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

A lentidão no cumprimento do contrato, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço no prazo estipulado;

O atraso injustificado na prestação do serviço;

A paralisação na prestação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante do CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização do contrato;

A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

A instauração de insolvência civil ou a decretação de falência;

A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelamáxima autoridade da esfera administrativa do CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere ao contrato;

A supressão, por parte da CONTRATANTE, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações, pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
O atraso, superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo no casode calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área ou local para o fornecimento do bem adquirido;
A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

A rescisão do contrato poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos especificados nas alíneas "a" a "l" "q" e "r"do **subitem 16.1** desta item;
Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
Judicial, nos termos da legislação.

A rescisão do contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93.
Conforme o disposto no inciso IX do artigo 55 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 do referido diploma legal.

DA NATUREZA DOS SERVIÇOS E DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem contratados, na forma proposta neste Termo de Referência, têm caráter de natureza continuada, ou seja, devem estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente. Por tratarem-se da execução de rotinas complementares não podem sofrer solução de continuidade, porque sua interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração, incorrendo em prejuízo à sociedade.
Em face do exposto os serviços, objeto da pretensa contratação, estão perfeitamente enquadrados como serviços continuados, na forma definida no Anexo IA da Nº 03/2009 e estabelecida no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/1993.
Os serviços se enquadram na classificação de serviços comuns, pois são facilmente prestados por diversas empresas do mercado, podendo ser especificados e têm as suas características de desempenho estabelecidos de forma objetiva, correspondendo às exigências expressas nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000 e do Decreto 5.450, de 2005.

DA PRORROGAÇÃO

O contrato pode ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.
Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.
A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão.

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.
Quando da prorrogação contratual, a CONTRATANTE assegurará que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação.

DO REAJUSTE

Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que observado o interregno mínimo de 1(um) ano, mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)**, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica.

O valor contratado poderá ser reajustado, utilizando-se para tanto o **Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)**, – tabela de índice acumulado no ano (em %) relativo ao mês de aniversário do interregno de, no mínimo um ano, conforme o prazo estipulado no item 20.2.
O índice acumulado no ano incidirá Somente sobre o valor unitário da taxa de administração, conforme proposta vencedora, sendo o resultado limitado a quatro casas decimais. O resultado do novo valor anual será obtido, da seguinte forma: Valor da taxa de administração corrigido multiplicado pela quantidade prevista para o item e deverá ser arredondado para duas casas decimais.
Caso a licitante opte em sua proposta não repassar à contratante o custo da taxa de administração, ou seja, oferte o valor de R$ 0,00 para o item 1 - taxa de administração, não poderá pleitear reajuste para a mesma. porcentagem de desconto ofertada, itens 2 e 3, permanece inalterada.
O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:
Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;
Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.
O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.
Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.
Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.
Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;
Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;
Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

Documento assinado eletronicamente por **ROSINETE SILVIA CASTRO ORTEGA**, **Chefe da Seção de Atividades Gerais**, em 09/09/2016, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, paragrafo 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0971472** e o código CRC **BA45C7F0**.

Várzea Grande/MT, 11 de novembro de 2016.

José de Assis Guaresqui
Superintendente da SFA/MT

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado de Mato Grosso
Setor de Compras e Contratos – SCC/DAD/SFA/MT
Tel.: (65) 3688-6752/3688-6770 cpl-mt@agricultura.gov.br

M I N U T A

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA *SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO – SFA/MT* E A EMPRESA .....

A União, por intermédio da **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT**, inscrita no CNPJ/MF 00.396.895/0033-02, com sede na Alameda Aníbal Molina, s/n, Bairro Ponte Nova, CEP 78.115-901, na cidade de Várzea Grande/MT, neste ato representada pelo Superintendente Federal Sr. Jose de Assis Guaresqui, nomeado pela Portaria nº 1428, de 01 de setembro de 2015, publicada no *DOU* de 02 de setembro de 2015, inscrito no CPF sob o nº 197.390.526-49, portador da Carteira de Identidade nº 260199 SSP/ES, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de aquisição parcelada de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel: Comum/Aditivado/S10 e Álcool/Etanol) em rede de postos credenciados através de sistema (Software) integrado para a captura eletrônica de dados, bem como manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender os veículos oficiais pertencentes à frota da SFA/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças.

DEMANDA				
Item	**Especificação**	**Volume de Serviços**	**Valor Mensal(R$)**	**Valor Anual(R$)**
01	Orçamento Estimado Grupo I - para serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de mão-de-obra e peças, para atender a frota de veículos da SFA-MT.	01		
02	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA da frota envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota da SFA/MT.	01		

Aquisição de Combustíveis em geral

DEMANDA

Item	Especificação	Volume de Serviços	Valor Mensal(R$)	Valor Anual(R$)
03	Orçamento Estimado Grupo II - para serviço de fornecimento de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel Comum/Aditivado/S10, Álcool/Etanol, lubrificantes e lavagens), para atender a frota da SFA-MT	01		
04	Gerenciamento e Administração compartilhada da frota envolvendo aquisição parcelada de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel Comum/Aditivado/S10, Álcool/Etanol, lubrificantes e lavagens) em redes de postos credenciados através de sistema (Software) integrado para a captura eletrônica de dados, para atender os veículos da frota da SFA/MT.	01		

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2.A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 130077
Fonte: 0100000000
Programa de Trabalho: 086220
Elemento de Despesa: 339030 - 339039
PI: OPERASFA

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA/IBGE.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1.O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1.Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1.Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1.O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Cuiabá/MT - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Várzea Grande/MT, ... de..... de 2016.

_____

José de Assis Guaresqui

Superintendente da SFA/MT

_____

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

_____

ANEXO III

Minuta

Modelo de Proposta.

(Timbre da Embresa).

GRUPO I: Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças.

DEMANDA				
Item	**Especificação**	**Volume de Serviços**	**Valor Mensal (R$)**	**Valor Anual (R$)**
01	Orçamento Estimado Grupo I - para serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de mão-de-obra e peças, pelo menor preço e maior desconto para atender a frota de veículos da SFA-MT.			
02	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA da frota pelo menor preço envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os veiculos oficiais da frota da SFA/MT.			

O Grupo I corresponde a serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de mãode-obra e peças, para atender a frota de veiculos da SFA-MT.

GRUPO II: Aquisição de Combustíveis em geral

DEMANDA				
Item	**Especificação**	**Volume de Serviços**	**Valor Mensal(R$)**	**Valor Anual (R$)**

03	Orçamento Estimado Grupo II - para serviço de fornecimento de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel Comum/Aditivado/S10, Álcool/Etanol, lubrificantes e lavagens), pelo menor preço e maior desconto para atender a frota da SFA-MT			
04	Gerenciamento e Administração compartilhada pelo menor preço da frota envolvendo aquisição parcelada de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel Comum/Aditivado/S10, Álcool/Etanol, lubrificantes e lavagens) em redes de postos credenciados através de sistema (Software) integrado para a captura eletrônica de dados, para atender os veículos da frota da SFA/MT.			
TOTAL				

Local e data.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDAG/DT/SFA/MT
Alameda Dr. Annibal Molina s/n.º, Porto, Cep: 78.115-901 Várzea Grande/MT
Telefone/Fax: (65) 3685-1156 sepdag-mt@agricultura.gov.br

JUNTADA DE NOVO CONTRATO

Procedo a juntada do CONTRATO, devidamente corrigido, atendendo as recomendações emanadas no PARECER n. 00435/2016/CJU-MT/CGU/AGU, constantes do item 16.

Várzea Grande/MT, 08 de novembro de 2016.

Dogival Barbosa da Silva
SCC/DAD/SFA/MT

Interessado: Consultor Jurídico da União no Estado de Mato Grosso

Assunto: JUSTIFICATIVA SOBRE MENOR PREÇO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS MECÂNICOS

Atendendo aos itens 7 e 8 do PARECER n. 00317/2016/CJU-MT/CGU/AGU, informamos que elaboramos novo Edital, mudando o certame para Pregão na forma eletrônica do tipo menor preço e maior desconto, em anexo.

Quanto Informamos que no novo edital juntado aos autos, incluímos menor preço e maior descontos nos itens relativos à aquisição de combustíveis e também, no que se refere à taxa de administração.

Quanto ao item que trata da prestação de serviços mecânicos (mão de obra), não será necessário, haja vista que, a cotação é feita junto à rede de oficinas credenciadas pelo vencedor do certame, via sistema eletrônico do mesma, e, destarte, a oficina que efetuará os reparos é a que disponibilizar menor preço da cotação realizada.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado de Mato Grosso
Setor de Compras e Contratos – SCC/DAD/SFA/MT
Tel.: (65) 3688-6752/3688-6770 cpl-mt@agricultura.gov.br

M I N U T A
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2016.
Processo Administrativo n.° 21024.002010/2016-57

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT,** por meio da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Alameda Aníbal Molina, s/n, Ponte Nova, CEP 78.115-901 – Várzea Grande/MT, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço e maior desconto,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão:
Horário:
Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa (menor preço e maior desconto) para a contratação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel: Comum/Aditivado/S10 e Álcool/Etanol) em rede de postos credenciados através de sistema (Software) integrado para a captura eletrônica de dados, bem como manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender os veículos oficiais pertencentes à frota da SFA/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

GRUPO I: Manutenção Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças.

DEMANDA				
Item	**Especificação**	**Volume de Serviços**	**Valor Mensal(R$)**	**Valor Anual(R$)**
01	Orçamento Estimado Grupo I - para serviço de manutenção preventiva e corretiva com	01	18.000,00	216.000,00

	fornecimento de mão-de-obra e peças, pelo menor preço e maior desconto, para atender a frota de veículos da SFA-MT.			
02	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA da frota (pelo menor preço) envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota da SFA/MT.	01	495,00	5.940,00

O Grupo I corresponde a serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de mão-de-obra e peças, para atender a frota de veículos da SFA-MT.

GRUPO II: Aquisição de Combustíveis em geral

DEMANDA				
Item	**Especificação**	**Volume de Serviços**	**Valor Mensal(R$)**	**Valor Anual(R$)**
03	Orçamento Estimado Grupo II - para serviço de fornecimento de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel Comum/Aditivado/S10, Álcool/Etanol, lubrificantes e lavagens), pelo menor preço e maior desconto, para atender a frota da SFA-MT	01	14.000,00	168.000,00
04	Gerenciamento e Administração compartilhada (pelo menor preço) da frota envolvendo aquisição parcelada de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel Comum/Aditivado/S10, Álcool/Etanol, lubrificantes e lavagens) em redes de postos creenciados através de sistema (Software) integrado para a captura	01	420,00	5.040,00

	eletrônica de dados, para atender os veículos da frota da SFA/MT.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 130077

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 086220

Elemento de Despesa: 3390-37

PI: OPERASFAS

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

4.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor mensal, anual global do item;

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.10. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total anual do item e com maior desconto oferecido por item..

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 20 (vinte) segundos.

6.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

6.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.7.3. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.15. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem

naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.1. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

7.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 04 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 04 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa

SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

8.4. **Habilitação jurídica**:

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.4.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.4.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.4.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.4.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.5.7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da **Qualificação Econômico-Financeira**, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

8.6.1. certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.6.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.6.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez) por cento do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.7. No caso de licitação para locação de materiais ou para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

8.8. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.8.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.8.1.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

8.8.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.8.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.9. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:

8.9.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

8.9.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI;

8.9.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.9.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

8.9.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.9.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.9.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.10. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 04 (quatro) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (65) 3688-6752 ou do e-mail cpl-mt@agricultura.gov.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 04 (quatro) horas, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), fac-símile (fax) ou e-mail.

8.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.14. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n°123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.18. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

13.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14. DO REAJUSTE

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

17.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.6. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. apresentar documentação falsa;

18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.5. não mantiver a proposta;

18.1.6. cometer fraude fiscal;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl-mt@agricultura.gov.br, pelo fax (65) 3688-6752, ou por petição dirigida ou protocolada no

endereço Alameda Aníbal Molina s/n, Ponte Nova, Várzea Grande/MT – CEP: 78.115-901, Setor de Compras e Contratos.

19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Alameda Aníbal Molina, s/n, Ponte Nova, CEP 78.115-901 – Várzea Grande/MT, nos dias úteis, no horário das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 11:30 horas, mesmo endereço e

período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.10.1. ANEXO I – Termo de Referência;

20.10.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

20.10.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

Várzea Grande/MT, ... de ..... de 2016.

José de Assis Guaresqui
Superintendente da SFA/MT

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO
NÚCLEO JURÍDICO
AVENIDA GENERAL RAMIRO DE NORONHA MONTEIRO, Nº 294, BAIRRO JARDIM CUIABÁ,
CUIABÁ-MT CEP 78043-180 TELEFONE: 65 3319 5200 E-MAIL: CJU.MT@AGU.GOV.BR

PARECER n. 00435/2016/CJU-MT/CGU/AGU

NUP: 21024.002010/2016-57
INTERESSADOS: UNIÃO - SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO - SFA/MT
ASSUNTOS: Pregão eletrônico - contratação do serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de viaturas e Gerenciamento e controle de aquisição de Combustíveis.

EMENTA: I. PREGÃO ELETRÔNICO - TIPO MENOR PREÇO POR GRUPO.II. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum e aditivado, óleo diesel S50 e S10, biodiesel e etanol) em rede de postos credenciados através de sistema informatizado e integrado e serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de viaturas. III. Processo regularmente instruído, minutas aprovadas.

1. Submete-se a exame desta Consultoria Jurídica da União no Estado de Mato Grosso – CJU/MT, consoante o estabelecido no parágrafo único do artigo 38, da Lei de nº 8.666/93 e artigo 30, inciso IX, do Decreto de nº 5.450, de 31/05/2005, o presente processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico tipo menor preço por grupo, e respectivos anexos em minutas, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis - Gasolina Comum, Diesel Comum/Aditivado/S10, Álcool/Etanol, lubrificantes e lavagens em rede de postos credenciados através de sistema informatizado e integrado e serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de viaturas, para a captura eletrônica de dados, a fim de atender a frota de veículos oficiais da Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento - SFA/MT, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência.

RELATÓRIO

2. Após a análise dos autos, verifica-se a presença de: Merorando nº 18/2016/SCC-MT /SAG-MT/DAD-MT/SFA-MT/GM/MAPA informando o encerramento do contrato da SFA/MT com a empresa NUTRICASH de manutenção de veículos, (id 0208625); Despacho solicitando autorização para início de licitação, (id 0209160); autorização da autoridade, (id 0212479); Termo de Referência, (id 0217183); pesquisa de preços de mercado, com três cotações de empresas do ramo, (id 0521053); Mapa comparativo de preços, (id 0521242); Termo de aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente, (id 0545750); lista de verificação, (id 0622888); Informação de disponibilidade orçamentária, Memorando nº 043/2016-SCC-MT/SAG-MT/DAD-MT/SFA-MT/GM/MAPA (id 0622950) e Memorando nº 54/2016/SEOF-MT/DAD-MT/SFA-MT/GM/MAPA (id 0623064); autorização da autoridade, o Sr. Superintendente, para o prosseguimento do processo, (id 0635882); Designação do Pregoeiro e equipe de apoio, Portaria nº 168/2015; Minuta de Edital Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, tipo menor preço, (id 0636627); e seus anexos: II Minuta de Ata de Registro de Preços, (id 0636677); III - Minuta de Termo de

Contrato, (id 0636695); Publicação de IRP, (id 0636718); encaminhamento do processo a esta CJU/MT por meio do Ofício nº 23/2016/SCC-MT-MAPA, (id 0637481).

3. Analisados os autos por meio do PARECER n. 00317/2016/CJU-MT/CGU/AGU, (id 0971258) pela inviabilidade de adoção do SRP assim como do critério de julgamento levando-se em conta apenas a taxa de administração, devendo ser adotada a combinação de menor taxa de administração com o menor preço ou maior desconto dos serviços e fornecimentos. O processo retornou para análise parecer conclusivo trazendo Novo Termo de Referência, (id 0971472); Novo edital de Pregão eletrônico sem a previsão de Registro de Preços, (id 0974387); devidamente atendidas as recomendações apontadas no Parecer 317/2016 desta CJU/MT acima referido, conforme despacho (id 0974419); Ofício de encaminhamento dos autos a esta Consultoria, (id 0974491).

4. O valor estimado da contratação é de R$ 394.980,00 (trezentos e noventa e quatro mil novecentos e oitenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO

5. Superada pois a impropriedade inicialmente suscitada podemos agora analisar conclusivamente a instrução processual e as minutas de edital e seus anexos.

6. É conveniente registrar que os processos de licitação vêm a esta CJU/MT para análise de duas ordens distintas e complementares, a saber: análise e aprovação das minutas de edital e seus anexos inclusive contrato (art. 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93) e para análise e assessoramento da autoridade no controle da legalidade dos atos administrativos (art. 131, Constituição Federal, art. 11 da Lei Complementar n.º 73/93, art. 8-F da Lei n.º 8.028/95 e Ato Regimental AGU n.º 03/02 e 05/07).

7. No campo do assessoramento jurídico, aí se inclui a análise de toda a instrução processual, a natureza do trabalho da assessoria jurídica é opinativa, nem por isso menos importante, devendo ser levantados todos os aspectos e implicações jurídicas relevantes com vistas ao controle de legalidade da atuação administrativa.

8. Sob o comando emergente do parágrafo único do art. 38, da Lei n.º 8.666/93, a análise feita é conclusiva e decisória pela aprovação ou não das minutas pela assessoria jurídica.

9. No dizer do mestre Marçal Justen Filho, a licitação é um instrumento jurídico para a satisfação de valores fundamentais, buscando realizar dois fins relevantes, o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: 2005. P. 43). A vantajosidade determinada no artigo 3º da Lei nº 8666/93 espelha basicamente a busca por contratação que seja tanto economicamente mais vantajosa — menor gasto de dinheiro público — quanto que assim o seja qualitativamente - melhor gasto, privilegiando-se, como regra, o menor preço.

10. Analisando o processo administrativo à luz da legislação de regência da matéria, verifica-se que a modalidade licitatória foi devidamente eleita, posto que será utilizado o pregão eletrônico, do tipo menor preço.

11. Em relação à instrução processual, verifica-se que o órgão adotou as minutas padrão da AGU conforme Acordo de Cooperação no âmbito do projeto denominado "Contratação Eficiente" firmado com esta CJU/MT. Consta no termo de referência definição das sanções aplicáveis, especificação das obrigações das partes e disposição acerca da fiscalização e execução do contratado. Consta também dos autos justificativa da necessidade de contratação; despacho de autorização da Chefia para a realização do pregão; despacho da autoridade competente aprovando o termo de referência; justificativa acerca da estimativa de quantificação do serviço a ser prestado e fornecimento; e minuta de edital com exigências de habilitação e sanções a serem eventualmente aplicadas aos licitantes.

12. Vê-se que o órgão já fez a exclusão a vedação de participação de empresas em Recuperação Judicial e Extrajudicial por se tratar de restrição à competitividade sem amparo legal e por ferir o disposto no art. 170 da Constituição Federal e 3° da Lei nº 8.666/93, no que estou de pleno acordo com o Acórdão nº 2403/2015 - TCU - Primeira Câmara item 1.7.5.

13. O aviso do edital a ser publicado pelo órgão deverá observar o disposto no §2°, do artigo 17, do Decreto nº 5.450/2005.

14. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1° do art. 23 da Lei nº 8.666/93 e na Súmula nº 247 do TCU, devendo a Administração se ater ao fixado nessa Súmula, a qual dispõe o seguinte:

> É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

15. No presente está satisfatoriamente justificado nos autos quanto à forma de adjudicação de acordo com a Súmula nº 247 TCU. E mais recentemente pelo ACÓRDÃO Nº 1214/2013 – TCU – Plenário:

> ACÓRDÃO Nº 1214/2013 – TCU – Plenário
>
> 9. Acórdão:
>
> VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de representação formulada pela então Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos – Adplan, com o objetivo de apresentar propostas de melhorias nos procedimentos de contratação e execução de contratos de terceirização de serviços continuados na Administração Pública Federal.
>
> ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
>
> 9.1 recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento que incorpore os seguintes aspectos à IN/MP 2/2008:
>
> .....
>
> 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;

16. Na minuta de contrato vê-se que há desencontro entre a numeração cardinal e o extenso das cláusulas Por exemplo: **8. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA e seus subitens ou subcláusulas acabam ficando 8.1, 8.1.1..., 8.2 sendo que o correto é denominar: 2. CLÁUSULA SEGUNDA e seus subitens ou subcláusulas ficarem 2.1, 2.1.1..., 2.2, isso vale para todas as cláusulas a partir da segunda. Além disso vê-se que a SFA/MT indicou na Cláusula Sexta o IGPM como índice para o reajustamento dos preços, sendo mais comum até mesmo na IN 02/2008 - SLTI/MPOG o emprego do** Índice Nacional

de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, assim salvo se a SFA/MT demonstre ser mais adequado o IGPM para esses setores da atividade econômica, sugiro a substituição do índice.

17. No restante, as minutas constantes dos autos atendem às determinações da legislação pertinente a matéria (Lei de nº 10.520/2002; Lei de nº 8.666/93; e decreto nº 5450/05).

CONCLUSÃO

18. Pelo exposto, considerando-se que a presente análise jurídica se refere à legalidade das minutas e à observância da regularidade de execução dos atos administrativos da instrução processual, excluídas as análises técnicas e meritórias que não competem a esta CJU, **feitas as correções apontadas no item 16 acima**, APROVO as minutas do presente pregão, com ressalvas, e pela continuidade do processo somente após adoção de todas as providências recomendadas acima, responsabilizando-se o órgão integralmente pelo cumprimento adequado de tais recomendações, caso em que, se não adotadas, entender-se-á que o procedimento ocorreu em desacordo com o recomendado por esta Consultoria.

19. Junte-se. Encaminhem-se os autos ao órgão de origem.

Cuiabá - MT, 10 de outubro de 2016.

[Assinado eletronicamente]
SILVIO MENDES DA COSTA
Advogado da União - SIAPE 1219847
Consultor Jurídico da União no Estado de Mato Grosso

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 21024002010201657 e da chave de acesso 1bf813f3

Documento assinado eletronicamente por SILVIO MENDES DA COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11935336 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): SILVIO MENDES DA COSTA. Data e Hora: 10-10-2016 20:17. Número de Série: 13516855. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO
AVENIDA GENERAL RAMIRO DE NORONHA MONTEIRO, Nº 294, BAIRRO JARDIM CUIABÁ,
CUIABÁ-MT CEP 78043-180 TELEFONE: 65 3319 5200 E-MAIL: CJU.MT@AGU.GOV.BR

PARECER n. 00317/2016/CJU-MT/CGU/AGU

NUP: 21024.002010/2016-57
INTERESSADOS: UNIÃO - SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO - SFA/MT
ASSUNTOS: Pregão eletrônico SRP - contratação do serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de viaturas e Gerenciamento e controle de aquisição de Combustíveis.

EMENTA: I. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP - TIPO MENOR PREÇO POR GRUPO.II. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum e aditivado, óleo diesel S50 e S10, biodiesel e etanol) em rede de postos credenciados através de sistema informatizado e integrado e serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de viaturas. III. Devolução ao órgão para diligências e posterior retorno a esta CJU/MT.

1. Submete-se a exame desta Consultoria Jurídica da União no Estado de Mato Grosso – CJU/MT, consoante o estabelecido no parágrafo único do artigo 38, da Lei de nº 8.666/93 e Decreto nº 7.892/2013, combinado com o artigo 30, inciso IX, do Decreto de nº 5.450, de 31/05/2005, o presente processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços tipo menor preço por grupo, e respectivos anexos em minutas, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis - Gasolina Comum, Diesel Comum/Aditivado/S10, Álcool/Etanol, lubrificantes e lavagens em rede de postos credenciados através de sistema informatizado e integrado e serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de viaturas, para a captura eletrônica de dados, a fim de atender a frota de veículos oficiais da Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento - SFA/MT, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência.

RELATÓRIO

2. Após a análise dos autos, verifica-se a presença de: Merorando nº 18/2016/SCC-MT /SAG-MT/DAD-MT/SFA-MT/GM/MAPA informando o encerramento do contrato da SFA/MT com a empresa NUTRICASH de manutenção de veículos, (id 0208625); Despacho solicitando autorização para início de licitação, (id 0209160); autorização da autoridade, (id 0212479); Termo de Referência, (id 0217183); pesquisa de preços de mercado, com três cotações de empresas do ramo, (id 0521053); Mapa comparativo de preços, (id 0521242); Termo de aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente, (id 0545750); lista de verificação, (id 0622888); Informação de disponibilidade orçamentária, Memorando nº 043/2016-SCC-MT/SAG-MT/DAD-MT/SFA-MT/GM/MAPA (id 0622950) e Memorando nº 54/2016/SEOF-MT/DAD-MT/SFA-MT/GM/MAPA (id 0623064); autorização da autoridade, o Sr.

Superintendente, para o prosseguimento do processo, (id 0635882); Designação do Pregoeiro e equipe de apoio, Portaria nº 168/2015; Minuta de Edital Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, tipo menor preço, (id 0636627); e seus anexos: II Minuta de Ata de Registro de Preços, (id 0636677); III - Minuta de Termo de Contrato, (id 0636695); Publicação de IRP, (id 0636718); encaminhamento do processo a esta CJU/MT por meio do Ofício nº 23/2016/SCC-MT-MAPA, (id 0637481).

3. O valor estimado da contratação é de R$ 394.980,00 (trezentos e noventa e quatro mil novecentos e oitenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO

4. Como se sabe a licitação possui suas modalidades. No caso sob análise, foi escolhida, com acerto, a modalidade Pregão Eletrônico, pois se trata de contratação de serviços comuns. Nesse sentido, artigo 1º da lei 10520/2002: *para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

5. Porém o mesmo acerto não se pode dizer quanto à pretensa utilização do Sistema Registro de Preços, é por isso que faço as seguintes considerações:

6. Necessidade de confirmação por parte do órgão interessado (SFA/MT) de justificativa referente ao enquadramento em um dos incisos do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013, como condição para utilização do Sistema Registro de Preços - SRP, caso contrário restará inviabilizada a sua utilização, devendo nesse caso fazer o pregão comum com a utilização de minutas apropriadas e nova análise por esta CJU/MT.

> Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
>
> I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
>
> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
>
> III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
>
> IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7. Essa recomendação é necessária pois tanto a AGU como o e. TCU têm fixado o entendimento de que as hipóteses de utilização do SRP são taxativas, ou seja, são somente aquelas elencadas no artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013 acima transcrito e conforme manifestação do DECOR/CGU/AGU abaixo colacionada.

> **MEMORANDO-CIRCULAR n. 004/2015/DECOR/CGU/AGU**
>
> Brasília, 12 de março de 2015.
>
> A Sua Senhoria os Senhores
> Consultores Jurídicos da União nos Estados e em São José dos Campos
> Assunto: Encaminha cópia da Nota nº 108/2014/DECOR/CGU/AGU

Senhores Consultores Jurídicos,

Encaminho a Vossas Senhorias, para ciência, cópia da manifestação em epígrafe, referente ao processo nº 00454.002069/2014-43, que trata da uniformização de entendimento jurídico em torno das hipóteses de utilização do Sistema de Registro de Preços.

Atenciosamente,

Sérgio Eduardo de Freitas Tapety
Diretor do Departamento de
Coordenação e Orientação de
Órgãos Jurídicos - DECOR/CGU/AGU

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00454002069201443 e da chave de acesso 4c8865bd

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1674345 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 13-03-2015 09:44. Número de Série: 7451720718980708163. Emissor: AC CAIXA PF v2.

DESPACHO Nº 069/2015/SFT/CGU/AGU

REFERÊNCIA: Processo nº 00454.002069/2014-43

Estou de acordo com a NOTA Nº 108/2014/DECOR/CGU/AGU e com o despacho que a aprovou.

Encareço o envio de cópia da citada Nota, para ciência, às Consultorias Jurídicas da União nos Estados e em São José dos Campos/SP.

Brasília, 11 de março de 2015.
SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY
Advogado da União
Diretor do Departamento de Coordenação
e Orientação de Órgãos Jurídicos

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em

http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00454002069201443 e da chave de acesso 4c8865bd

---

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1667854 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 11-03-2015 18:32. Número de Série: 7451720718980708163. Emissor: AC CAIXA PF v2.

DESPACHO n. 246/2014/CGOR/DECOR/CGU/AGU

NUP: 00454.002069/2014-43

INTERESSADOS: CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ASSUNTOS: LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

Sr.Diretor,

Estou de acordo com a NOTA Nº 108/2014/DECOR/CGU/AGU, elaborada pelo Advogado da União Dr. Stanley Silva Ribeiro.

Ultimada a análise da matéria, sugere-se seja dada ampla divulgação da referida nota no âmbito dos órgãos jurídicos consultivos da Advocacia-Geral da União.

BRASÍLIA, 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

RAFAEL FIGUEIREDO FULGÊNCIO

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ORIENTAÇÃO DO DECOR/CGU

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00454002069201443 e da chave de acesso 4c8865bd

---

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL FIGUEIREDO FULGENCIO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 838759 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): RAFAEL FIGUEIREDO FULGENCIO. Data e Hora: 17-12-2014 19:47. Número de Série: 3615379769835701613. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Nota Nº 108/2014/DECOR/CGU/AGU

PROCESSO: 00454.002069/2014-43

INTERESSADO: Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio grande do Norte

– CJU/RN.

ASSUNTO: HIPÓTESES DE CABIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

HIPÓTESES DE CABIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. TAXATIVIDADE DO ROL CONSTANTE DO ART. 3º DO DECRETO Nº 7.892/13. JURISPRUDÊNCIA DO TCU.

I – Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, é taxativo o rol de hipóteses de cabimento do SRP previsto no art. 3º do Decreto nº 7.892/13.

II – A utilização do SRP nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 7.892/13 deve ser plenamente justificada, não sendo cabível albergar isoladamente a contratação de serviços contínuos, ainda que sob a argumentação de contingenciamento orçamentário.

Senhor Coordenador-Geral,

Trata-se de expediente encaminhado pela Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio grande do Norte – CJU/RN, com o fito de instar a uniformização de entendimento jurídico em torno das hipóteses de utilização do Sistema de Registro de Preços sob a égide do Decreto nº 7.892/2013, mormente ao se considerar que o Parecer nº 125/2010/DECOR/CGU/AGU já tratou da matéria, mas à luz do Decreto nº 3.931/2001 (MEMORANDO n. 00036/2014/GAB/CJU-RN/CGU/AGU).

2. O Decreto nº 3.931/2001 disciplinava a questão ora controvertida nos seguintes termos:

"Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica."

3. Já a normatização trazida pelo Decreto nº 7.892/2013 registrou o seguinte:

"Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em

regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

4. A nova regulamentação do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 não abrandou as intensas discussões atinentes ao tema, ainda ocasionando enfáticos debates sobre esse regime de contratação especial, no caso ora examinado as dúvidas apresentadas foram sintetizadas nas seguintes perguntas:

a. É possível a utilização de Sistema de Registro de Preços para contratação de serviços continuados? Exemplo: contratação de serviço continuado de vigilância ou telefonia.

b. Em caso positivo na resposta do item anterior, esta utilização somente é possível mediante o enquadramento dos incisos II e III do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013?

c. É possível a utilização do SRP para contratação de serviços continuados sob a justificativa de contingenciamento orçamentário?

d. As hipóteses do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013 devem ser consideradas numerus clausus ou numerus apertus?

5. Inicialmente cabe destacar que estes questionamentos, acerca do Decreto nº 7.892/2013 já vieram a este Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos –DECOR, ocasião em que foi proferido o Parecer nº 109/2013/DECOR /CGU/AGU[1], devidamente aprovado pelo Consultor-Geral da União, esclarecendo todos os pontos de divergência e cuja ementa registrou-se nos seguintes termos:

HIPÓTESES DE CABIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. TAXATIVIDADE DO ROL CONSTANTE DO ART. 3º DO DECRETO Nº 7.892/13. JURISPRUDÊNCIA DO TCU. OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NAS HIPÓTESES PREVISTAS NO REFERIDO DISPOSITIVO REGULAMENTAR. ART. 15 DA LEI Nº 8.666/93.

I – Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, é taxativo o rol de hipóteses de cabimento do SRP previsto no art. 3º do Decreto nº 7.892/13.

II – A utilização do SRP nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 7.892/13 é dever da Administração, sendo possível a não adoção do referido sistema em situações excepcionais, mediante a devida fundamentação da autoridade competente. Inteligência do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

6. Assim, nos socorremos dessa manifestação proferida anteriormente para responder os questionamentos acima, em especial no que tange a premissa de que o rol apresentado no art. 3º do Decreto nº 7892/2013 é taxativo.

a. É possível a utilização de Sistema de Registro de Preços para contratação de serviços continuados? Exemplo: contratação de serviço continuado de vigilância ou telefonia.

7. A contratação de serviços continuados via Sistema de Registro de Preços é viável, desde que haja o efetivo enquadramento da situação pretendia em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto, pois sendo o rol taxativo não se admite a ampliação de seu espectro a fim de abranger hipóteses não previstas em norma. O Tribunal de Contas da União já havia se manifestado quanto a taxatividade do rol

na vigência do revogado Decreto nº 3.931/2001 e já na vigência do Decreto nº 7892/2013 refirmou seu posicionamento quando da prolação do Acórdão nº 1.233/2013-Plenário.

b) Em caso positivo na resposta do item anterior, esta utilização somente é possível mediante o enquadramento dos incisos II e III do art. 3º do decreto nº 7.892/2013?

8. Como dito alhures, somente é possível a utilização do SRP para contratar serviços continuados diante do enquadramento em uma das hipóteses normativas, uma vez que a aceitação isolada instituiria, por via obliqua, nova situação legitimadora extra lege.

c) É possível a utilização do SRP para contratação de serviços continuados sob a justificativa de contingenciamento orçamentário?

9. A utilização do SRP sob a alegação de contingenciamento orçamentário não desborda do paradigma interpretativo estabelecido no âmbito da Consultoria-Geral da União, ou seja, por si só não enseja a utilização do SRP, devendo necessariamente haver o enquadramento em uma das hipóteses do Decreto.

d) As hipóteses do artigo 3º do decreto nº 7.892/2013 devem ser consideradas numerus clausus ou numerus apertus?

10. O questionamento de letra "d" foi respondido ainda nas primeiras linhas dessa manifestação, pelo que não há dúvida quanto à taxatividade dos incisos do art. 3º do decreto nº 7.892/2013. A título de reforço a esse ponto destacamos excerto do Parecer nº 109/2013/DECOR/CGU/AGU:

"20. Importante mencionar, ademais, que, conforme bem ressaltado pela CJU/MG, a retirada, do art. 3º do Decreto nº 7.892/13, do vocábulo *preferencialmente*, bem como da expressão "quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, que constavam do art. 2º do Decreto nº 3.931/01, indicam o fechamento da lista constante daquele dispositivo regulamentar."

11. Por fim, destaca-se os termos da conclusão do Parecer retro mencionado:

"24. De todo o exposto, nos termos da fundamentação retro, sugiro seja adotado o entendimento de que a) é taxativo o rol de hipóteses de cabimento do SRP previsto no art. 3º do Decreto nº 7.892/13, restando ultrapassado, no ponto, o entendimento constante do Parecer nº 125/2010/DECOR/CGU/AGU, em razão da evolução legislativa referente à revogação do Decreto nº 3.931/01, e b) nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 7.892/13, é dever da Administração a utilização do SRP, sendo possível a não adoção do referido sistema apenas em situações excepcionais, mediante a devida fundamentação da autoridade competente."

12. Em conclusão, entende-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços para a contratação de serviços continuados, ainda que sob a justificativa de contingenciamento orçamentário, é viável desde que haja o efetivo enquadramento da situação pretendia em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto, pois sendo o rol taxativo não se admite a ampliação de seu espectro.

À consideração superior.

Brasília, 08 de dezembro de 2014.

Stanley Silva Ribeiro
Advogado da União

---

[1] A Manifestação foi encaminhada aos órgãos consultivos da AGU por meio do Memorando Circular nº 064/2014-CGU/AGU, de 24 de novembro de 2014.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00454002069201443 e da chave de acesso 4c8865bd

---

Documento assinado eletronicamente por STANLEY SILVA RIBEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 802399 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br, após cadastro e validação do acesso. Informações adicionais: Signatário (a): STANLEY SILVA RIBEIRO. Data e Hora: 17-12-2014 16:07. Número de Série: 7316318154724237020. Emissor: AC CAIXA PF v2.

8. De antemão é bom que se diga que a simples possibilidade de utilização da Ata de Registro de Preços não atende ao comando do inciso III do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013. Esse entendimento já vem desde a época em que vigente o Decreto nº 3.931/2001 conforme decisão do TCU abaixo colada. Aliás essa hipótese sequer fora cogitada pela SFA/MT eis que no item 2 do Edital já veda a adesão de não participante.

É ilícita a utilização do sistema de registro de preços, por falta de observância dos comandos contidos nos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.931, de 19/9/2001, quando as peculiaridades do objeto a ser executado e sua localização indicam que só será possível uma única contratação

Representação formulada por empresa apontou possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico nº 119/2011, que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para executar serviços de ampliação e melhoria da rede de distribuição de energia elétrica, aérea, trifásica, compacta, protegida em média tensão (MT), baixa tensão (BT) e iluminação pública, na área interna do campus Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na cidade de Manaus. Em razão de indícios de irregularidade, o Tribunal havia determinado, em caráter cautelar, a suspensão do certame. Promoveu, também, oitivas da UFAM e da empresa selecionada no certame. Entre as ocorrências apontadas, destaca-se a seguinte: "*Realização do Pregão nº 119/2011 para registro de preço, sem que o objeto licitado atendesse a nenhum dos pressupostos estabelecidos nos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.931, de 19/9/2001, ou que houvesse justificativa e caracterização de vantagem econômica do registro de preço, haja vista que pelas peculiaridades e a localização explicitada no edital do pregão, bem como a exigência de visita técnica prévia, só será possível a contratação uma única vez, especificamente, para este serviço*". O relator, ao efetuar exame dos esclarecimentos apresentados, registrou: "*... restou evidente que a modalidade utilizada pretendeu agilizar a contratação, ante a falta de crédito orçamentário quando da deflagração da licitação*". E mais: "***na forma como foi concebido o certame só seria possível a contratação uma única vez, para o serviço ali explicitado, situação que descaracteriza por completo a opção pelo sistema de registro de preço***". Valeu-se também de pronunciamento anterior, em que despachou sobre situação similar à que

ora se examina: "*... a ata se encerra ou com o término da sua vigência ou com a contratação da totalidade do objeto nela registrado*". Naquela ocasião, observou: "*Atenta contra os princípios da razoabilidade e da finalidade o ente público ('orgão gerenciador', nos termos do art. 1º, parágrafo único, III, do Decreto Federal nº 3.931/2001) valer-se do sistema de registro de preços para celebrar contrato com objeto absolutamente idêntico ao da ata que lhe deu origem, isto é, constituir uma ata de registro de preços para simplesmente firmar contrato pela totalidade do valor da ata. Não se pode aceitar aqui o argumento de que, nesse caso, a ata ainda teria utilidade para os 'caronas', uma vez que sua finalidade precípua — sua razão maior de ser — é o atendimento às necessidades do gerenciador e dos eventuais participantes (art. 2º, III, do Decreto Federal nº 3.931/2001)*". A despeito disso, por não ter sido identificado nenhum prejuízo à UFAM, deixou de acolher a proposta de audiência dos responsáveis sobre a ocorrência. Observou ainda que o contrato com a referida empresa já havia sido assinado quando da expedição deliberação cautelar acima referida. Por esses motivos, ao acolher proposta do relator, o Tribunal decidiu: a) revogar a medida cautelar anteriormente adotada; b) determinar à Universidade Federal do Amazonas - UFAM que: "*9.3.1. ao proceder à realização de processo licitatório para registro de preços, atente para as condições expressas no art. 2º do Decreto nº 3.931/2001, que tornam incompatível, a princípio, a contratação pelo valor total do objeto licitado; 9.3.2 se abstenha de autorizar a adesão de outros órgãos ou entidades à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico 119/2011*". ***Acórdão n.º 113/2012-Plenário, TC 037.819/2011-9, rel. Min. José Jorge, 25.1.2012.***

9. Outra grande impropriedade para o prosseguimento do presente processo licitatório na forma como está-se pretendo levar a efeito diz respeito ao critério de julgamento levando-se em consideração exclusivamente os itens 2 (do grupo I) e 4 (dos grupos II) respectivamente conforme disposto no item 1.5 do Termo de Referência. Isto porque a AGU, assim como o TCU já fixaram o entendimento que o critério de julgamento baseado exclusivamente na taxa de administração não atende princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, previsto no art. 3º, caput. da Lei n.º 8.666/93. Para evitar prolixidade, junto cópia do Parecer Parecer n.º 149/2011/DECOR/CGU/AGU que trata muito bem do tema e nos vincula tecnicamente.

10. Assim a SFA haverá de adotar como critério de julgamento a combinação de menor taxa de administração com menor preço (ou maior desconto sobre tabelas) dos serviços e fornecimentos.

11. A opção de contratação de empresa especializada em gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis para atender a demanda da frota da SFA/MT, merece análise especial por tratar-se de tema relativamente novo na sistemática de licitações no Brasil. Elogiado por muitos segmentos do serviço público federal, referida modalidade vai aos poucos se tornando uma alternativa bastante interessante, notadamente quando se trata de aquisição de combustíveis e manutenção de frota, posto que pela técnica nele empregada vislumbra-se a implantação de uma gestão moderna com razoável possibilidade de se alcançar maior eficiência no abastecimento e manutenção dos veículos além de se obter redução nas despesas administrativas e de consumo, já que se espera que com maior controle e melhoria no gerenciamento é de se obter redução nos custos de manutenção e abastecimento da frota.

12. É indispensável consignar que apesar de ainda constituir motivo de pequenas dúvidas no meio jurídico, notadamente quanto a existência de arcabouço legal que permita tal procedimento licitatório, forçoso é registrar que o tema já foi objeto de acalorada discussão e análise por parte do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2731/2009 – Processo nº 032.202/2008-1) que entendeu ser perfeitamente possível a administração pública se valer de tal certame, especialmente por entender aquela Corte de Contas que referida modalidade em nada difere daquela em que a Administração pública contrata uma agência de viagem para fornecimento de passagens aéreas e terrestres, ao invés de contratar a própria empresa

fornecedora da passagem.

CONCLUSÃO

13. Isto posto, considerando a inviabilidade, por ora, de continuação do processo pelos dois motivos elencados nos itens 7 e 8 relativos à impossibilidade/inutilidade de adoção do Sistema Registro de Preços e itens 9 a 12 relativos à irregularidade de adotar-se como critério de julgamento exclusivamente a menor taxa de administração, acima devolvo o processo à SFA/MT para as adaptações necessárias e posterior retorno a esta CJU/MT para manifestação conclusiva.

14. Por fim peço escusas pela demora na análise e restituição do processo ao órgão, pois me fora distribuído em momento bem próximo de minhas férias inadiáveis quando ainda estava com volume muito grande de processos em análise ao que se acresceu a necessidade de mais aprofundada análise para ver se seria possível corrigir as impropriedades por meio deste Parecer, mas não o foi.

Cuiabá - MT, 15 de agosto de 2016.

[Assinado eletronicamente]
SILVIO MENDES DA COSTA
Advogado da União - SIAPE 1219847
Consultor Jurídico da União no Estado de Mato Grosso

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 21024002010201657 e da chave de acesso 1bf813f3

Documento assinado eletronicamente por SILVIO MENDES DA COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 9571593 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): SILVIO MENDES DA COSTA. Data e Hora: 17-08-2016 20:34. Número de Série: 13516855. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

às 17h30. Endereço: Rodovia Br-285, Km 294 - Caixa Postal 451 Suburbios - PASSO FUNDO - RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/135032-05-57-2016. Entrega das Propostas: a partir de 17/11/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/11/2016 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Na eventual divergência entre a especificação dos itens constantes no edital e constantes no CATMAT do Comprasnet, prevalecerá sempre o especificado no edital.

SERGIO ROBERTO DOTTO
Chefe Geral

(SIDEC - 16/11/2016) 135032-13203-2016NE999999

PREGÃO Nº 58/2016 - UASG 135032

Nº Processo: 150 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de estações de trabalho (workstation). Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 17/11/2016 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h30. Endereço: Rodovia Br-285, Km 294 - Caixa Postal 451 Suburbios - PASSO FUNDO - RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/135032-05-58-2016. Entrega das Propostas: a partir de 17/11/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/11/2016 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Havendo divergências entrea tabela CAT/MAT e o edital, prevalecerão sempre as informações contidas no edital.

OSVALDO VASCONCELLOS VIEIRA
Chefe Adjunto de Administração

(SIDEC - 16/11/2016) 135032-13203-2016NE999999

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Espécie: Termo Aditivo. Título: Termo Aditivo nº 1 ao Memorando de Entendimento celebrado entre Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Tennessee State University (TSU) e Alabama A&M University (AAMU). Objetivo: prorrogar a vigência do referido Convênio. Modalidade de Licitação: Não Aplicável. Valor Global Estimado: Não Aplicável. Vigência: até 02/12/2020. Data de assinatura: 24/11/2015. Signatários: Maurício Antônio Lopes pela Embrapa, Glenda Glover pela TSU e Andrew Hugine pela AAMU. Registrado sob o número (Saic): 10200.10/0250-6-01.

Espécie: Espécie: Termo Aditivo. Título: Termo Aditivo nº 1 ao Projeto de Cooperação Técnica celebrado entre Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Tennessee State University (TSU) e Alabama A&M University (AAMU). Objetivo: prorrogar a vigência do referido Convênio. Modalidade de Licitação: Não Aplicável. Valor Global Estimado: Não Aplicável. Vigência: até 28/11/2020. Data de assinatura: 18/11/2015. Signatários: Marco Aurélio Delmondes Bomfim pela Embrapa, Glenda Glover pela TSU e Andrew Hugine pela AAMU. Registrado sob o número (Saic): 20300.10/0034-2-01.

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício nº 17/2016 ao Convênio nº 036/2012, Processo nº 00350.005352/2012-23, SICONV nº 779154/2012. Concedente: União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, CNPJ/MF nº. 00.396.895/0001-25. Convenente: Município de Aparecida do Taboado/MS, CNPJ/MF nº. 03.563.335/0001-06. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência, conforme o disposto no inciso VI, do Art. 43 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011, e suas alterações, para 07 de novembro de 2017. Assinatura: Dayvson Franklin de Souza - Secretário de Aquicultura e Pesca - CPF/MF: 614.110.942-04. Data de assinatura: 07 de novembro de 2016.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 108/2016 - SICONV nº 835853/2016. Processo nº 00350.000634/2016-68. Concedente: União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CNPJ/MF nº 00.396.895/0001-25. Convenente: Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC - CNPJ/MF nº 13.792.312/0001-27. Objeto: "Apoio Financeiro Para a Realização do Evento: FENACAM/2016 a se realizar de 21 a 24 de novembro de 2016, no Centro de Eventos do Ceará, Cidade de Fortaleza (CE), XIII Simpósio Internacional de Carcinicultura; X Simpósio de Aquicultura, XIII Feira Internacional de Serviços e Produtos para Aquicultura e XIII Festival Gastronômico de Frutos do Mar". Valor Total: R$ 615.000,00. Valor Contrapartida Financeira: R$ 15.000,00. Valor a ser transferido ou descentralizado no exercício em curso: R$ 600.000,00. PTRES 119713. Fonte: 0100. ND: 33.50.39.99. Nota de Empenho: 2016NE800019. Vigência: 180 dias a contar da data de publicação. Assinatura: Eumar Roberto Novacki - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Interino - CPF/MF: 781.595.981-49, e Cristiano Peixoto Maia - Presidente Interino da Associação Brasileira de Criadores de Camarão/ABCC - CPF/MF nº 068.880.544-20. Data da assinatura: 16/11/2016.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO LABORATORIAL LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM CAMPINAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 5/2016 - UASG 130102

Nº Processo: 21053000121201681 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Equipamentos para Laboratório visando atender as Unidades do LANAGRO-SP participantes do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC. Total de Itens Licitados: 00006. Edital: 17/11/2016 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Raul Ferrari, S/nº Jardim Santa Marcelina - CAMPINAS - SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130102-05-5-2016. Entrega das Propostas: a partir de 17/11/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/11/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDRE DE OLIVEIRA MENDONCA
Coordenador do Lanagro São Paulo

(SIDEC - 16/11/2016) 130102-00001-2016NE800033

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PORTO ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 18/2016 - UASG 130103

Nº Processo: 21043001487201697 . Objeto: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços comuns de engenharia, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas nos projetos e demais documentos anexos a este Edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 17/11/2016 de 08h00 às 11h30 e de 13h00 às 16h30. Endereço: Estrada Ponta Grossa - 3036 Ponta Grossa - PORTO ALEGRE - RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130103-05-18-2016. Entrega das Propostas: a partir de 17/11/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 30/11/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARCO AURELIO DOLADO DA SILVA
Chefe do Serviço de Compras

(SIDEC - 16/11/2016) 130103-00001-2016NE800057

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM RECIFE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016 - UASG 130016

Número do Contrato: 8/2015.
Nº Processo: 21002000003201598.
PREGÃO SISPP Nº 10/2015. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, -PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 07783832000170. Contratado : CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO -DE MAO DE OBRA LTDA. Objeto: Supressão relativamente a 01 posto em Tecnico em Bioterismo , perfazendo uma supressãode aproximadamente 33,33% do valor inicial atualizado do contrato. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e demais legislações correlatas. Valor Total: R$59.770,76. Fonte: 100000000 - 2016NE800032. Data de Assinatura: 03/11/2016.

(SICON - 16/11/2016) 130016-00001-2016NE800053

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - Nº 027 de 15 de setembro de 2016.
Espécie: Prorrogação de vigência do Termo de Execução Descentralizada celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Embrapa Gado de Leite/MG. Processo: 21000.042160/2016-71. Data de assinatura: 14/09/2016, prorrogar a vigência para 31/05/2017. Pedro Alves Corrêa Neto - Secretário Substituto - SMC/MAPA e Paulo do Carmo Martins - CPF: 488.214.546-49 - Chefe-Geral da Embrapa Gado de Leite.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 2/2016 - UASG 130024

Nº Processo: 21032003033201680 . Objeto: Pregão Eletrônico - Serviços continuados de apoio administrativo e atividades auxiliares para atender às necessidades da Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraiba quanto ao atendimento ao Registro Geral de Pescador RGP. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 17/11/2016 de 09h00 às 11h00 e de 15h00 às 17h00. Endereço: Br 230, Km 14, Bairro Morada Nova Morada Nova - CABEDELO - PB ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130024-05-2-2016. Entrega das Propostas: a partir de 17/11/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/11/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUCIO AURELIO BRAGA MATOS
Superintendente

(SIDEC - 16/11/2016) 130024-00001-2016NE800142

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 7/2016 - UASG 130077

Nº Processo: 21024002010201657 . Objeto: Pregão Eletrônico - Presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa (menor preço e maior desconto) para a contratação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Diesel: Comum/Aditivado/S10 e Álcool/Etanol) em rede de postos credenciados através de sistema (Software) integrado para a captura eletrônica de dados, bem como manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender os veículos oficiais pertencentes à frota da SFA/MT, Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 17/11/2016 de 08h00 às 11h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Alameda Dr.anibal Molina, S/nr. - Varzea Grande/mt Ponte Nova - VARZEA GRANDE - MT ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130077-05-7-2016. Entrega das Propostas: a partir de 17/11/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/11/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

NELSO FORTUNATO OJEDA
Pregoeiro

(SIDEC - 16/11/2016) 130077-00001-2016NE800095

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 3/2016 publicado no D.O. de 27/10/2016 , Seção 3, Pág. 6. onde se lê: Vigência: a partir de 27/09/2016 , com data final indeterminada, conforme Orientação Normativa AGU nº 36, de 13/12/2011. leia-se : Vigência: 27/09/2016 a 26/03/2017

(SICON - 16/11/2016) 130072-00001-2016NE800017

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 5/2016 - UASG 130067

Nº Processo: 21052006536201598 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e outros Materiais de Consumo em proveito da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo. Total de Itens Licitados: 00021. Edital: 17/11/2016 de 14h00 às 16h00. Endereço: Rua: Treze de Maio Nr.1558, 9º Andar, Bela Vista SAO PAULO - SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130067-05-5-2016. Entrega das Propostas: a partir de 17/11/2016 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/11/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

FRANCISCO SERGIO FERREIRA JARDIM
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 16/11/2016) 130067-00800-2016NE000093

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 7/2016 - UASG 130028

Nº Processo: 21054003420201668 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada de engenharia, por execução indireta, mediante o regime de empreitada por menor preço global, referente à execução de serviços comuns de engenharia para reparação do prédio anexo da SFA-SE Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 17/11/2016 de 08h00 às 17h59. Endereço: Av.dr. Carlos Firpo, Nº 428 - Bairro Industrial ARACAJU - SE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130028-05-7-2016. Entrega das Propostas: a partir de 17/11/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/11/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOSE RONALDO DA SILVA SANTOS
Chefe da Sag/sfa-se

(SIDEC - 16/11/2016) 130028-00001-2016NE800028

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032016111700011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Publicação no DOU AVISO DA LICITAÇÃO (1529199) SEI 21024.002010/2016-77 pg. 514